



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# O Resgate do Projeto Político Neoliberal no Brasil:

A privatização da Eletrobras

(2016 – 2022)

**Felipe Soares Rieger**

Orientador: Prof. Doutor(a) Isabel David

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política

*Lisboa*  
*2024*

## Folha de Rosto

# O Resgate do Projeto Político Neoliberal no Brasil:

A privatização da Eletrobras

(2016 – 2022)

**Felipe Soares Rieger**

Orientador: Prof. Doutor(a) Isabel David

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política

Júri : **Presidente:** Doutor Samuel de Paiva Rodrigues Pires, Professor Auxiliar  
Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da  
Universidade de Lisboa;

**Vogais:** Doutora Raquel Cristina de Caria Patrício, Professora Associada  
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da  
Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David, Professora Associada  
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da  
Universidade de Lisboa.

*Lisboa*  
*2024*

## RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo geral de compreender de que forma as reconfigurações na economia recente do Brasil redesenharam as dinâmicas governativas e o debate sobre as funções do Estado. O método utilizado foi o de estudo de caso, a metodologia presente é a qualitativa. Utiliza-se a técnica da recolha documental de fontes primárias como documentos oficiais, estatísticas, discursos de congressistas e notícias de diversos canais de comunicação, além de utilizar uma entrevista semiconduzida. O referencial teórico usado foi uma análise crítica do neoliberalismo presente em David Harvey, principalmente acerca do termo “acumulação por espoliação”. Obteve-se limitações ao longo da dissertação no que confere aos desafios na obtenção de entrevistas com deputados federais e senadores que estiveram presentes nas votações da privatização da Eletrobras. A análise revelou resultados significativos que incluem a redução dos salários dentro da Eletrobras, oriunda de perspectivas neoliberais que visavam diminuir os direitos trabalhistas. O processo ocorrido na privatização da empresa transformou serviços essenciais para a sociedade em mercadorias, afetando, inclusive, os valores de investimento dentro da empresa. A conclusão que se chegou é a de que a privatização da Eletrobras foi um marco para a consolidação das ideias neoliberais no Brasil, o controle do Estado foi diminuído frente aos interesses privados, modificando, assim, o discurso público perante as normativas do Estado. Além disso, foi possível perceber que o setor bancário e um grupo minoritário de empresários foram favorecidos durante a privatização, além deles, estiveram envolvidos diretamente o presidente da República em exercício, Jair Messias Bolsonaro, e o ministro da Economia Paulo Guedes.

**Palavras-chave:** Eletrobras, Privatização, David Harvey, Jair Messias Bolsonaro, Neoliberalismo, Brasil.

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand the recent economic reconfigurations in Brazil and how they have shaped governmental relations and the debate about the functions of the state through the privatization of Eletrobras. The method used was a case study, employing a qualitative methodology. We utilized the technique of documentary collection of primary sources such as official documents, statistics, speeches by congress members, and news from various media outlets, in addition to conducting a semi-structured interview. The theoretical framework employed was a critical analysis of neoliberalism, particularly as presented by David Harvey, focusing on the concept of "accumulation by dispossession." I faced limitations throughout the dissertation regarding the challenges of obtaining interviews with federal deputies and senators who were present during the votes on Eletrobras's privatization. The analysis revealed significant results, including the reduction of salaries within Eletrobras, stemming from neoliberal perspectives aimed at diminishing labor rights. The process of privatizing the company transformed essential services for society into commodities, affecting investment values within the company. The conclusion drawn is that the privatization of Eletrobras was a milestone for the consolidation of neoliberal ideas in Brazil, as state control diminished in the face of private interests, thereby altering public discourse regarding state regulations. Additionally, it was evident that the banking sector and a minority group of entrepreneurs were favored during the privatization process, along with the direct involvement of the sitting President Jair Messias Bolsonaro and the Minister of Economy Paulo Guedes.

**Keywords:** Eletrobras, Privatização, David Harvey, Jair Messias Bolsonaro, Neoliberalismo, Brasil.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
AGU – Advocacia Geral da União  
CEAL – Companhia Energética de Alagoas  
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica  
CNU – Confederação Nacional dos Urbanitários  
DEM – Democratas  
FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FGV – Fundação Getulio Vargas  
GIC – Government of Singapore Investment Corporation  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MP – Medida Provisória  
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico  
PDV – Plano de Demissão Voluntária  
PL – Projeto de Lei  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSL – Partido Social Liberal  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PDNG – Plano Diretor de Negócios e Gestão  
PND – Plano Nacional de Desestatização  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SIN – Sistema Interligado Nacional  
SPEs – Sociedades de Propósito Específico  
TCU – Tribunal de Contas da União

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa da Rede Básica de Transmissão de Energia entre 1971 e 1980.....	34
<b>Figura 2</b> – Divisão do Setor Elétrico Brasileiro .....	36
<b>Figura 3</b> – Distribuição dos Centros Regionais de Operação do ONS .....	38
<b>Figura 4</b> – Sistema Interligado Nacional (SIN) x Europa.....	39
<b>Figura 5</b> – Rede de Distribuição de Energia Pelo Brasil.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Evolução do Número de Trabalhadores na Eletrobras (2002 – 2020) .....	41
<b>Gráfico 2</b> – Investimentos feitos pela Eletrobras entre 2002 e 2022 .....	46
<b>Gráfico 3</b> – Composição Acionária da Eletrobras .....	62

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE</b> .....	<b>6</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>7</b>
<b>Temática, problema e contexto</b> .....	<b>7</b>
Pergunta de partida .....	10
<i>Objetivos gerais e específicos</i> .....	10
Justificativa .....	10
Estado da Arte .....	11
Metodologia .....	14
Estrutura da dissertação.....	17
<b>1 Enquadramento Teórico</b> .....	<b>18</b>
1.1 Definições de Neoliberalismo .....	18
1.2 David Harvey e a Crítica ao Neoliberalismo.....	22
1.3 A Acumulação por Espoliação.....	25
1.4 Enfrentamento à Acumulação por Espoliação.....	30
<b>2 A Privatização da Eletrobras</b> .....	<b>32</b>
2.1 A Fundação da Eletrobras.....	32
2.2 Governo Michel Temer e a Primeira Tentativa de Privatizar a Eletrobras .....	39
2.3 Governo Bolsonaro e a Privatização da Eletrobras .....	43
<b>3 O Estado Brasileiro e o Projeto Político Neoliberal</b> .....	<b>49</b>
3.1 O Neoliberalismo no Brasil nos Anos 90.....	49
3.2 Os Discursos no Congresso Brasileiro a Propósito da Privatização da Eletrobras .....	54
3.3 A Nova Configuração da Eletrobras.....	57
3.4 O Governo Lula e as Medidas para Tentar Reestatizar a Eletrobras.....	65
<b>4 Considerações finais</b> .....	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>74</b>

## **Introdução**

### **Temática, problema e contexto**

A presente dissertação de mestrado aborda o Projeto Político Neoliberal brasileiro por meio do estudo de caso da privatização da Eletrobras (2016-2022). A criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras) foi proposta pelo presidente Getúlio Vargas em 1954, sendo constituída somente em 25 de abril de 1961 pelo presidente Jânio Quadros sob a Lei nº 3.890-A que autorizava a União a criar a Eletrobras, sendo oficialmente inaugurada em 11 de junho de 1962. A estatal recebeu o dever de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras de energia elétrica, contribuindo para a expansão da oferta de energia e também o desenvolvimento no país (Eletrobras, 2023c).

Em 12 de julho de 2021 foi aprovada no Congresso Nacional Brasileiro a Lei nº 14.182, medida que autorizava a abertura de capital da empresa estatal Eletrobras, até então dentro do setor brasileiro de energia a maior empresa do ramo, com a responsabilidade de garantir uma transmissão de qualidade, assim como levar luz a grande parte do Brasil, garantindo um auxílio ao desenvolvimento do país. Com a mudança de administração através de sua privatização, a empresa acaba por modificar a relação entre estado e empresas privadas, levando a um novo rumo de relações entre os setores público e privado.

Segundo Brandão (2017), o Brasil passou por três fases de neoliberalização entre 1995 e 2016, que inseriram diversas modificações econômicas, políticas e sociais no país. A primeira no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marcada pela implementação de políticas voltadas ao Projeto Político Neoliberal<sup>1</sup>; a segunda nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), nos quais, apesar de existirem políticas progressistas, não se abandonou a parceria pública e privada, e também a existência de concessões de ativos públicos a empresas privadas. A terceira fase ocorreu no governo de Michel Temer (2016-2018), em que se retomaram as políticas neoliberais presentes nos anos

---

<sup>1</sup> O “Projeto Político Neoliberal” é um conjunto de grandes medidas composto de dez regras básicas, formuladas durante uma reunião, em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C.. Na seção teórica deste estudo será debatido e explicado o que se entende por “Projeto Político Neoliberal”.

90, com profundas alterações no mercado de trabalho e também na privatização acelerada de estatais do campo energético.

O governo Bolsonaro (2019-2022) iniciou uma série de medidas que visavam diminuir o tamanho do estado e também implementar um Projeto Político Neoliberal em seu governo. Várias modificações estruturais foram feitas, como o congelamento dos gastos do governo por 20 anos, a abertura e liberalização de terceirizações, reforma trabalhista, reforma tributária e outras mais medidas (Figueiras; Druck, 2019, p. 6). No campo econômico do governo Bolsonaro, o eleito para dirigir a pasta respectiva foi Paulo Guedes<sup>2</sup>, iniciando, assim, um processo de desmonte de políticas sociais e um grande avanço nas privatizações de empresas estatais.

Quanto às privatizações, o governo logo de início anunciou um pacote de empresas que deveriam ser privatizadas, entre elas estava a Eletrobras (Silva; Rodrigues, 2021, p. 101). A Medida Provisória nº 1031, de 2021, foi promulgada pelo presidente Bolsonaro, dando início aos acarretamentos da privatização da Eletrobras, que teve seus desdobramentos e privatização concretadas em 22 de junho de 2022 (Privatização..., 2022). As privatizações no setor energético brasileiro foram orientadas por uma visão neoliberal, que tinha como objetivo diminuir a participação do estado em suas decisões e continuamente fomentar a competitividade no setor. Porém, os resultados esperados não foram satisfatórios, como o aumento das tarifas e também a desestruturação do setor (Castro; Brandão; Albuquerque, 2014, p. 10).

O modo como foi votada e aprovada causou indignação e também protestos por parte da oposição no Congresso Brasileiro, isso porque a medida foi aprovada em tempo recorde, apenas 23 horas após a sua publicação, trazendo questionamentos sobre o modo que foi tramitado o processo. Parlamentares da oposição, nomeadamente o PT, criticaram a forma como se deu a privatização, pois não houve uma audiência pública ou consulta a especialistas do setor (Rocha, 2021). Do total de 485 deputados presentes na sessão de Votação Nominal e Simbólica, ocorrida no dia 19 de maio de 2021 na Câmara dos Deputados, 313 votaram sim para a privatização e 166 não.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Ministro da Economia durante o Governo Bolsonaro, ocupou o cargo de 2019 até 2023.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61590&itemVotacao=9628>. Acesso em: 20 ago. 2024.

O valor montante das vendas de ações da empresa chegou a 33,7 bilhões de reais. A 3G Radar<sup>4</sup> ficou como maior acionista preferencial, com 10,88% das ações, a empresa é ligada a 3G Capital, na qual consta como donos Jorge Paulo Lemann, Beto Sucupira e Marcel Telles, todos dentro da lista dos mais ricos do Brasil (Pereira, 2023). O processo de privatização não ocorreu sem resistências de alguns setores da sociedade civil preocupados com os desdobramentos futuros da empresa. Foi o exemplo do protesto ocorrido em frente à sede da Eletrobras em 21 de março de 2018, quando cerca de 700 pessoas, representadas pela entidade Fórum Alternativo Mundial Água (FAMA), protestavam no início dos planejamentos e concessões no governo de Michel Temer (Trabalhadores..., 2018).

Após a privatização da empresa, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, a Advocacia-Geral da União (AGU), órgão competente para indicar e fazer ações do governo brasileiro, submeteu junto ao Supremo Tribunal Federal Brasileiro uma ação contestando a privatização da Eletrobras, na qual é levantada a inviabilidade do estado brasileiro possuir 43% das ações ordinárias tendo o poder de voto igual a quem tem somente 10% de ações. Antes o governo possuía o total de 65% das ações, e detinha, portanto, 65% de votos na assembleia que delega os rumos da empresa (Konchinski, 2023). Outro exemplo foi o protesto do Sindicato dos Bancários, realizado em 14 de junho de 2022, e que teve o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo. O ato mirava a manutenção da empresa como estatal, alegando que a privatização traria prejuízos para os trabalhadores e também para a sociedade (Sindicato..., 2022).

Dentro desse contexto, pode-se relacionar a importância da economia política e a democracia como temas centrais e cruciais no presente estudo. Partindo desta premissa tem-se como pergunta de partida e objetivos as questões que seguem na próxima seção.

---

<sup>4</sup> A 3G Radar é um fundo de investimentos que pertence a Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, sendo a 3G Capital a sua proprietária (Galindo, 2023).

## Pergunta de partida

Na presente investigação, busca-se responder a seguinte pergunta de partida: qual o significado da privatização da Eletrobras para o Projeto Neoliberal no Brasil?.

## *Objetivos gerais e específicos*

O objetivo geral é compreender de que forma as reconfigurações na economia política recente do Brasil redesenharam as dinâmicas governativas e o debate sobre as funções do estado. Como objetivos específicos, tem-se: 1) Compreender o papel do Projeto Político Neoliberal brasileiro no governo de Jair Bolsonaro. 2) Analisar as dinâmicas da privatização da Eletrobras, nomeadamente as relações entre o setor público e o setor privado. 3) Avaliar o impacto da privatização da Eletrobras sobre o papel do Estado no setor econômico em causa.

## Justificativa

O tema se torna relevante dentro da Ciência Política, e uma questão importante é quem irá se beneficiar com a privatização da empresa. A transferência do controle acionário para o setor privado pode beneficiar investidores e empresas privadas em detrimento das preocupações com direitos políticos e sociais, tendo em vista que todo o processo de privatização ocorreu sem a devida participação social nas decisões políticas do setor energético brasileiro. A função do estado, historicamente ligado à promoção do bem-estar social e também à garantia de serviços essenciais, como os Artigos 5º e 6º da Constituição Brasileira de 1988, levando a um debate sobre a capacidade do mercado em assegurar o acesso universal a serviços básicos. Por trás da privatização ocorrida, está a ideologia liberal de que o mercado por si só irá garantir tais serviços e também uma melhoria dos serviços prestados.

## Estado da Arte

A literatura existente a respeito da privatização da Eletrobras é recente e ainda é desenvolvida através de trabalhos acadêmicos, presente em trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. No que tange à revisão histórica das privatizações ocorridas no Brasil, pode-se destacar três trabalhos: Maranhão (2016), Werner (2019) e Ferreira, Guilmo e Almeida (2023).

Maranhão (2016) apresenta um estudo a respeito do processo de privatização ocorrido no setor energético brasileiro desde 1995 até 2002, e faz um panorama geral de vários governos que foram ao longo dos anos abrindo e vendendo o capital estatal de empresas energéticas estaduais. O estudo é focado em como a distribuição é feita pelo território brasileiro, há também uma preocupação com a questão trabalhista, como o aumento significativo de acidentes fatais acompanhado das privatizações das empresas. O autor promove uma comparação de acidentes de trabalho ocorridos nos setores elétricos brasileiros com os demais setores, além disso, mostra como a privatização trouxe uma diminuição na mão de obra.

Werner (2019) em seu trabalho, lida a cerca das rodadas de neoliberalização e a nova configuração do setor elétrico brasileiro, que vai desde os anos 1990, até as propostas da privatização da Eletrobras a partir de 2017. Por meio disso, é demonstrada a inserção de novos atores ou agentes setoriais, assim como novos vínculos internacionais no país. No caso específico da Eletrobras, o estudo demonstra como os governos agiram para desmoralizar a empresa, lançando campanhas com o objetivo de diminuir a eficácia da Eletrobras, além de evidenciar as modificações nas leis para que a privatização fosse acelerada.

Já Ferreira, Guilmo e Almeida (2023) analisam os processos de privatizações de empresas estatais brasileiras entre 2015 e 2019, assim como a ofensiva das privatizações, trazendo um olhar crítico sobre a questão, alegando que as empresas estatais são um elo entre o desenvolvimento econômico e a soberania nacional. O trabalho identifica uma relação mútua entre as privatizações das empresas estatais brasileiras e uma nova dominação a partir de um

Projeto Neoliberal no Brasil. Apesar da delimitação de tempo, há uma parte específica de estudo somente da Eletrobras a partir de 2022.

Quanto a trabalhos específicos sobre a privatização da Eletrobras, tem-se: Silva Jr. e Neves (2020), Cunha e Haines (2021), Castilho (2022), Dantas e Castilho (2023). O trabalho de Silva Jr. e Neves (2020) é resultado de uma análise da base normativa que regulamenta a desestatização do Setor Elétrico brasileiro, focando no estudo da Eletrobras, mas principalmente na análise de leis que contribuíram desde os anos 90 para a privatização do setor, culminando na privatização total da empresa.

Fazendo uma comparação entre empresas estatais e privadas, usando o exemplo da Eletrobras como parâmetro, Cunha e Haines (2021) escrevem a respeito das vantagens e malefícios de se ter uma empresa estatal ou privada no ramo da eletricidade no país. Além disso, explicam e demonstram os interesses por trás de cada tipo de empresa, tanto estatal, como as privadas, desde as questões políticas até ao aparato econômico.

Em Castilho (2022) pode-se observar uma crítica contra a privatização da Eletrobras, principalmente na questão da função social que a empresa impõe no território brasileiro, considerando o modelo de privatização, a partir da medida provisória de 2017, como danoso à sociedade.

Considerando a privatização da Eletrobras como algo arquitetado entre governo, acionistas, setores da economia e grupos corporativos, os autores, Dantas; Castilho (2023) dissertam criticamente como o setor elétrico, através da Eletrobras, foi praticamente entregue à iniciativa privada, principalmente no que se refere a um setor estratégico do país. Os estudiosos definem a forma como foi feita a privatização como um “modelo de controle privado que deixa um setor estratégico à mercê das incertezas do mercado de ações” (Dantas; Castilho, 2023, p. 54).

O trabalho de Silva (2022) é mais específico e destaca os impactos da privatização da Eletrobras no setor energético. De modo geral, apresenta dados a respeito da privatização, principalmente no que se refere à questão ambiental e também de soberania e defesa nacional,

a partir da venda e, inevitavelmente, a perda do controle de grande parte da rede de hidroelétricas brasileiras pelo estado. O trabalho faz uma análise histórica da Eletrobras, passando pelos anos 70 e 80, quando ocorreram grandes investimentos por parte do governo brasileiro; menciona as privatizações ocorridas nos anos 90 e início dos anos 2000, para depois destacar a volta do protagonismo estatal a partir de 2002, para, por fim, destacar a privatização a partir de 2021. Voltado para uma explicação em que comparam a privatização da empresa de energia elétrica de Alagoas (CEAL) com as espoliações em todo continente na América do Sul, Félix e Santos Neto (2022) apresentam dados como o número de hidroelétricas privatizadas no período estudado e o impacto social que isso gerou.

Após apresentado os principais estudos encontrados, a presente dissertação adotará uma abordagem interdisciplinar que não vai considerar somente os aspectos históricos, trabalhistas e críticos das privatizações, serão incorporadas, também, análises econômicas e sociais. Assim, pode-se ter uma visão holística das consequências da privatização da Eletrobras, parte essencial dentro dos estudos da Ciência Política, pois traz uma validade dentro das políticas públicas no contexto estudado.

Assim, o trabalho se distingue dos outros no que tange ao estudo das mudanças na governança corporativa, frutos do resultado de privatização e como essas mudanças acarretam a eficiência operacional, transparência e a responsabilidade da Eletrobras. Também importa a análise das políticas públicas envolvidas em todo o processo de privatização, os atores envolvidos, como Deputados Federais e seus discursos, órgãos competentes que são a favor e contra a privatização. Tais análises são difíceis de se encontrar, visto que as mesmas ou se voltam a um estudo mais macro da privatização, geralmente dentro de um estado brasileiro, ou se debruçam somente em estudar as implicações das leis que modificaram a estrutura da empresa, findando em sua privatização.-Essas diferenças acabam por realçar a originalidade e também a abrangência da dissertação, contribuindo e acrescentando significativamente a trabalhos já existentes, aprofundando, assim, a compreensão das relações entre estado e o setor privado, podendo discorrer sobre as suas implicações para a sociedade.

## Metodologia

A epistemologia seguida no trabalho será a do subjetivismo. Segundo Sommerman (2006), o subjetivismo, assim como outras correntes epistemológicas, foi frequente no século XX. Aparece recorrentemente em pesquisas de cunho estruturalista, ou pós-moderno, sempre defendendo que a interação entre o sujeito e o objeto não cria um significado, mas é consequência da imposição do sujeito sobre o objeto (Esteban, 2003).

O paradigma seguido será o interpretativista, oriundo da escola alemã, surge no final do século XIX. O interpretativismo se preocupa em entender a essência do mundo pela perspectiva de seus participantes, de acordo com Hatch e Yanow (2009). O mundo natural e físico não podem e nem devem ser entendidos da mesma forma do que o mundo social (Hatch; Yanow, 2009, p. 66), fazendo com que a realidade seja reproduzida através de interações sociais. Conforme Esteban (2010), o interpretativismo é uma perspectiva teórica epistemológica que se opõe ao positivismo, pois captura informações e interações da vida social e mundial através de uma panorama cultural e histórico. Essa perspectiva surgiu como uma tentativa de reação para desenvolver uma Ciência Natural dos fatos sociais (Esteban, 2010, p. 58).

Assim, o interpretativismo se opõe ao positivismo, pois critica a ideia de que os métodos utilizados nas Ciências Naturais devem ser iguais aos das Ciências Sociais, além disso, busca compreender o significado dos fenômenos sociais e não somente tentar os explicar. Concordam com essa abordagem os autores Burrell e Morgan (1979), que tratam da perspectiva nominalista, pois a realidade é vista como algo subjetivo, que não pode ser medido, pois existem várias versões da realidade; e anti-positivista, pois o pesquisador precisa vivenciar o fenômeno.

O método utilizado será o estudo de caso. Segundo Yin (2003), é uma abordagem de pesquisa intensiva destinada a pesquisar um fenômeno complexo, podendo este ser individual, social ou político. Esse método é desenvolvido ao longo do tempo através de uma detalhada investigação, podendo o fenômeno estar presente em um ou mais locais de pesquisa. Os meios de coleta de dados podem ser diversos, como entrevistas, observações, documentação que será analisada e também a coleta de dados através de diversos meios. Yin (2014) vai afirmar ainda

que a abordagem se destaca na ciência política, pois nos permite uma investigação de um fenômeno político específico.

Stake (1995) colabora com esse pensamento, dando destaque para o estudo de caso como um estudo único de um fenômeno específico ou até mesmo de uma entidade social. Assim o método se torna fundamental para compreender e perceber eventos políticos específicos de maneira mais ampla e fundamental. Yin (2014) deixa claro que a seleção detalhada do caso é de suma importância, pois somente assim o estudo de caso será notoriamente eficaz. Além disso, colabora dizendo que a investigação será eficiente quando é pesquisado um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real, principalmente quando o fenômeno estudado e o contexto não são tão evidentes (Yin, 2014, p. 27).

Gerring (2009, p. 6) define o estudo de caso como um método que examina um abrangente fenômeno a ser estudado, ocorrendo uma coleta real de evidências, “um estudo de caso pode ser entendido como o estudo intensivo de um único caso com o objetivo de entender uma classe maior de casos.” George e Bennet (2004) enfatizam que os resultados de estudos de caso não apenas contribuem para o aprimoramento teórico, mas também desenvolvem uma valiosa validação dessas teorias. Assim, esse método tem o poder de confirmar, fortalecer ou também de questionar acontecimentos ou explicações de um caso histórico específico, essa capacidade e flexibilidade elevam a importância do estudo de caso como uma ferramenta muito robusta e colaborativa para o avanço teórico, e também para uma abrangente compreensão de fenômenos mais complexos (George; Bennet, 2004, p. 350).

A metodologia será qualitativa, em que o foco é estudar o local no qual os dados são coletados, sendo o pesquisador o principal responsável por essa coleta, sendo esses dados em grande maioria descritivos. A pesquisa qualitativa se interessa mais em entender como o problema está relacionado com o dia a dia, analisando as interações presentes no cotidiano (Creswell, 2007, p. 186). Assim, pode-se pressupor que na pesquisa qualitativa o pesquisador fará antes de tudo uma delimitação teórica-metodológica, preparando, em seguida, seus instrumentos para a realização de uma coleta de dados que, se forem bem analisados, poderão trazer resultados confiáveis para a continuação da pesquisa (Guerra, 2014, p.19).

A pesquisa qualitativa acaba posicionando o pesquisador no contexto a ser estudado, pois envolve uma série de atividades que vão ajudar a entender o que passa ao seu redor, utilizando práticas como “anotações de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e lembretes” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17). Minayo (2003) descreve a pesquisa qualitativa como um método que tem por objetivo explorar as razões, atitudes e crenças, focando, assim, em aspectos mais profundos das relações humanas, tais aspectos não conseguiriam ser resolvidos em pesquisas quantitativas através de dados quantificados (Minayo, 2003, p. 21).

As técnicas de recolha de dados usadas serão a de fontes secundárias, como as bibliográficas, além disso, utiliza-se a técnica da recolha documental de fontes primárias, através de documentos oficiais, e de dados numéricos de estatísticas. Serão analisadas decisões no Superior Tribunal Superior (STF) relacionados ao caso, como o do processo do governo de Lula contra a privatização da empresa. Também analisa-se debates de deputados a favor e contra à privatização da empresa, todos disponíveis on-line no site do Congresso Nacional e também do Senado Federal. Também irei fazer entrevistas com deputados ou economistas, optando por entrevistar o deputado Paulo Pimenta, do Partido dos Trabalhadores, assim como o cientista político e economista Bresser Pereira.

Foi feita uma entrevista com o Doutor em Geografia David Castilho, em 10 de junho de 2024, em que foram discutidos os processos que levaram a privatização da Eletrobras e as principais empresas envolvidas neste processo, assim como forças de pressão. A entrevista foi feita de forma on-line, durou uma hora e meia, sendo realizada uma transcrição das perguntas e também das respostas do entrevistado. Após isso, a transcrição foi enviada para o entrevistado para que o mesmo autorizasse o uso do que foi transcrito, após a autorização, partes da entrevista foram utilizadas ao longo da dissertação. A entrevista foi semi-estruturada, com algumas perguntas que já estavam programadas. David Castilho é Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, com Estágio de Doutorado na Universidad de Barcelona. É professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <https://orcid.org/0000-0002-2467-1189>.

Relativamente à minha posicionalidade, enquanto pesquisador, o objeto de pesquisa tem relação com o tipo de trabalho que já efetuei em minha carreira, visto que já desempenhei atribuições partidárias, como Presidente da Juventude do Partido Socialista Brasileiro (2020-2022). Cargos de confiança em órgãos de estado e município, um exemplo foi o cargo de Diretor Geral da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Viamão. Ao longo deste tempo pude ver as modificações que ocorreram tanto no setor público como no privado, principalmente com relação às privatizações em vários setores do Estado. No estado em que vivo, Rio Grande do Sul, o setor elétrico foi completamente privatizado e a sociedade não pode discutir ou ver claramente os motivos que levaram a isso, o serviço acabou sendo piorado após a privatização e a sociedade ainda não entende claramente quais os reais motivos da administração passar do público para o privado. Isso foi acarretado junto com a privatização da Eletrobras, surgindo um debate a nível estadual e a nível nacional no país, trazendo ainda mais interesse da minha parte, pois envolveu um embate político visivelmente ideológico, tanto por aqueles que defendiam, quanto pelos que eram contrários.

#### Estrutura da dissertação

A dissertação de mestrado é dividida em três capítulos, o primeiro capítulo apresentará a parte teórica do trabalho, dissertando sobre Neoliberalismo e o arcabouço teórico de David Harvey. O segundo capítulo consiste no processo de privatização da Eletrobras, como ocorreu, as forças envolvidas no processo, quais partidos votaram a favor e contra, assim como seus desdobramentos. O terceiro capítulo consiste na explicação do papel do estado na privatização da Eletrobras, o que mudou a partir dessa modificação, os dados levantados até agora e as suas implicações. Por fim, apresenta-se as considerações finais, momento em que teremos a conclusão da dissertação.

## 1 Enquadramento Teórico

O arcabouço teórico principal é o de David Harvey, nomeadamente a sua articulação do conceito de “acumulação por espoliação”, principalmente no que percebe-se a respeito das privatizações, como sendo um “braço armado” do neoliberalismo; também importante vai ser a definição de como isso se tornou um projeto ou uma iniciativa política. Antes, é preciso articular o conceito de neoliberalismo.

### 1.1 Definições de Neoliberalismo

O neoliberalismo pode ser definido, na visão deste trabalho, como uma ideologia em que o mercado livre é visto como a forma mais eficiente de realocação de recursos, a intervenção estatal é considerada ineficaz, incapaz de atribuir uma livre concorrência dentro do mercado, assim como os fluxos de capital. Essa perspectiva irá ter destaque a partir da década de 1970, principalmente após as publicações de Milton Friedman e Friedrich von Hayek.

Desde 1938 após o Colóquio de Walter Lippmann<sup>6</sup>, e também da primeira reunião da Sociedade de Monte Pélerin, em 1947<sup>7</sup>, que o “conceito” neoliberalismo forjou mais debates do que um consenso a respeito de si mesmo, sempre usado de uma forma muito elástica, era incapaz de se criar fundamentos empíricos muito claros. Todas as linhas de pensamento liberais tinham no seu centro o livre mercado, dentro do posicionamento do não intervencionismo estatal na economia, porém não possuíam uma opinião em comum sobre a legitimação do papel do estado, por exemplo, em ações políticas econômicas (Peck, 2010).

Esses fatores, junto com o colapso do sistema monetário internacional de 1929 que foi estabelecido em Bretton Woods<sup>8</sup>, resultaram em uma derrubada nunca antes vista dentro do

---

<sup>6</sup> Reunião realizada em Paris no ano de 1938 que visava tratar sobre um “novo” Liberalismo, estiveram presentes grandes intelectuais liberais da época, como Alexander Rustow e Wilhelm Röpke.

<sup>7</sup> Organização fundada em 1947 composta por economistas, políticos e filósofos de várias nacionalidades, o objetivo era a difusão do liberalismo e de suas ideias.

<sup>8</sup> Acordos realizados em 1944 entre Estados Unidos e outros países da Europa Ocidental a fim de definir regras do sistema monetário internacional.

sistema capitalista, quando ocorreu uma estagnação da economia acompanhada de uma subida incontrollável da inflação. A acumulação como meio de lucro sofreu um terrível golpe, prejudicando a relação entre capital e trabalho que marcou o período designado (Augustin, 2011, p. 3). O Colóquio de Walter Lippmann fez destacar o contraste do liberalismo clássico ao destacar a questão da intervenção política em oposição ao *laissez faire*<sup>9</sup>, embora houvesse vários tipos de opiniões distintas, o *laissez faire* do liberalismo clássico foi rejeitado e dado como “culpado”, como o causador de suas crises. Em suma, os liberais adotaram uma intervenção jurídica a fim de estabelecer regras ou uma ordem ao mercado, porém, sem interferir em questões administrativas e centralizadas (Cruz, 2019, p. 94-95).

A Sociedade de Monte Pélerin foi uma das experiências mais importantes do pensamento neoliberal, pois fortaleceu a conexão entre intelectuais e corporações, formando assim uma estratégia em conjunto na construção de um projeto político neoliberal a nível global, sendo o principal centro de articulação existente na época, liderando um longo processo de difusão, com ramificações nos Estados Unidos e Europa (Cruz, 2019, p. 95).

A ideologia neoliberal que surgiu na Europa Ocidental e na América do Norte após o fim da Segunda Guerra Mundial, teve seu desenvolvimento, segundo Matos (2008), a partir da “Escola Austríaca” durante o início do século XX. Difundida por Ludwig Von Mises, esse pensamento formulou a base para os princípios que definem o pensamento neoliberal. A partir da valorização do liberalismo econômico, principalmente oriundo dos séculos XVIII e XIX, buscava-se recuperar o real sentido do liberalismo, tentando, assim, modificar o termo liberal em relação ao liberalismo clássico. Essa modificação seria resultado do afastamento cada vez maior das sociedades ocidentais dos princípios que levaram a uma grande melhoria do padrão de vida da população (Matos, 2008, p. 193).

De acordo com Villarreal (1984), inicialmente, o neoliberalismo surgiu como uma busca por analisar posições teóricas de um grupo específico de intelectuais e dirigentes públicos, com o passar dos anos o termo passou a ser usado para adjetivar programas públicos de reestruturação econômica, principalmente nos governos de Margaret Thatcher (Reino Unido) e

---

<sup>9</sup> Termo usado para se referir a um pensamento ou modo econômico em que o mercado faz por si só, sem intervenção do Estado.

de Ronald Reagan (Estados Unidos). Somente a partir de 1973, quando o mundo entrou em uma grande recessão, com um baixo crescimento econômico e uma alta inflação, é que o pensamento neoliberal passou a ser difundido com uma maior força, principalmente dentro dos países que possuíam um capitalismo mais avançado (Villarreal, 1984, p. 509).

Somente após as reformas promulgadas por Pinochet no Chile, em 1978, é que o conceito ganhou novas definições e passou a ser adotado quase que exclusivamente para designar pejorativamente o desmonte dos estados ao redor do mundo, assim como as privatizações que ocorriam. Foi através dos “Chicago Boys”, que se constituiu no Chile ditatorial de Pinochet, a planificação neoliberal. Inicialmente lançado em 1956, o projeto tinha como objetivo financiar estudantes na Universidade Católica do Chile, produzindo, assim, líderes ideológicos para contratar ideais “comunistas” ou centralizadores. O projeto foi ampliado em 1965, passando a aderir no escopo do planejamento da América Latina, principalmente os países da Argentina, Brasil e México (Klein, 2008, p. 88).

No início da década de 90, a doutrina neoliberal foi organizada e resumida em alguns princípios, chamados de “Consenso de Washington”, termo cunhado pelo economista John Williamson, referindo-se ao encontro acadêmico realizado em Washington em novembro de 1989. Participaram desse encontro funcionários do governo dos Estados Unidos e de vários órgãos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, assim como vários economistas latino-americanos. O objetivo era avaliar se as políticas adotadas no continente sul-americano estavam sendo realizadas de acordo com os paradigmas estabelecidos, em troca seriam concedidos apoios financeiros e corporações externas entre os estados envolvidos. Tal encontro foi muito importante, pois unificou em um único projeto elementos que antes eram dispersos, avançando o programa neoliberal dentro do continente (Matos, 2008, p. 207).

Houve, a partir dos anos 2000, dentro das Ciências Sociais, um esforço maior para delimitar e tentar criar definições mais elaboradas e concretas sobre o neoliberalismo, principalmente embasadas na obra de Michel Foucault intitulada *Nascimento da Biopolítica*. A partir disso pode-se agrupar vários autores e suas linhas de raciocínio, como os que colaboram dentro do espectro da definição Foucaultiana de neoliberalismo, (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2009).

Foucault (2008) examinou o neoliberalismo sob o domínio de duas formas históricas de governo, o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. Nos dois casos ele argumentou que o neoliberalismo não é somente o limitador do Estado, mas também o seu fundador (Foucault, 2008, p. 300). O neoliberalismo reconfigurou as relações entre o Estado, mercado e os indivíduos, fazendo com que o mercado tenha um papel central na organização das sociedades e também na governança dos assuntos públicos. Governar no sentido de orientar os indivíduos direcionando o que deve ser feito, restringindo suas ações ou reações, regular através de atos as condutas das pessoas utilizando-se da máquina pública para isso, fazendo com que os indivíduos se ajustem a certas normas (Dardot; Laval, 2009).

Há também a perspectiva presente nos trabalhos de Bourdieu. O mesmo critica a abordagem neoliberal, que seria um projeto político com o objetivo de transformar a economia neoclássica em uma realidade, fazendo com que o modelo de Estado difundido após a Segunda Guerra Mundial fosse submetido às forças da “mão invisível” do mercado. Essa modificação só é possível, pois tem suporte de uma força política amplamente difundida dentro do campo político (Bourdieu, 1989). O neoliberalismo seria uma forma de legitimação através do discurso, ou seja, um programa político, muitas vezes disfarçado de discursos científicos, em que as propostas abrangem a grande maioria da sociedade, “em nome desse programa científico de conhecimento convertido em programa político de ação, cumpre-se um imenso trabalho político” (Bourdieu, 1998, p. 137).

As políticas neoliberais visam dismantelar uma série de políticas sociais, como, por exemplo, a seguridade e a assistência social, tais áreas que beneficiam muitas pessoas. Essas políticas foram sendo desenvolvidas ao longo de décadas como um importante mecanismo do Estado para permitir que a sociedade fosse capaz de enfrentar as desigualdades de um mercado irrestrito. O neoliberalismo adotou medidas sociais e políticas em conjunto com grandes mercados financeiros como multinacionais, jornalistas e partidos de direita; o objetivo de tal união é frear esses mecanismos estatais substituindo-os pelas forças do mercado (Bourdieu, 1998, p. 38).

Outro trabalho muito importante dentro deste espectro é o de Wacquant (2012), em que o autor estuda como o Estado se redesenha para articular e atender as demandas do mercado, e como é dado o processo de reformulação do mesmo dentro da política neoliberal. Em sua abordagem, os meios políticos são levados como prioridade nos estudos, concentrando-se, assim, na reestruturação do Estado em vez do mercado e dos poderes não estatais (Wacquant, 2012, p. 510).

Assim, finaliza-se as definições de neoliberalismo. A seguir, apresenta-se a reflexão crítica por meio da perspectiva de David Harvey.

## 1.2 David Harvey e a Crítica ao Neoliberalismo

A perspectiva adotada na dissertação é a presente em David Harvey, pois é a que mais se aproxima com o ocorrido na privatização da Eletrobras, principalmente no que tange às privatizações como um elo do neoliberalismo. Tal abordagem é relevante e vantajosa, pois consegue vislumbrar as questões de extrativismo e acumulação por espoliação, que se aplicam no caso de estudo abordado nesta dissertação.

A perspectiva Marxista, presente em pensadores como Harvey (2004; 2005; 2008; 2009; 2011; 2016), é de que há uma estratégia política que pretende reforçar a hegemonia de uma classe dominante a fim de ampliá-la a nível global, caracterizando, assim, uma fase nova do capitalismo, resultante da crise estrutural do mesmo após a década de 1970. O neoliberalismo se diferencia do restante instaurando uma ordem social em que a disciplina é imposta ao trabalho, adicionando novos critérios de gerência, oriundos do livre comércio e da circulação livre do capital.

Para Harvey (2016), o capitalismo<sup>10</sup> atual está preso em uma crise que ao longo do tempo foi gerada por ele mesmo, fruto de sua incapacidade de articular e administrar as relações sociais que garantiram durante muito tempo o lucro e a acumulação de capital. A crise dos anos 1970 foi originada no aumento da competição comercial, em virtude de uma nova globalização e da incapacidade do Estado em administrar as mudanças no mercado de trabalho. Com o

---

<sup>10</sup> Harvey (2016, p. 10) define o capitalismo como sendo “qualquer formação social em que os processos de circulação e acumulação de capital são hegemônicos e dominantes.”

discurso de que é preciso uma nova organização da economia, o capital acabou por modificar e implementar medidas que só tem aumentado a concentração de renda, além disso aumentou a sua exploração dos recursos públicos e naturais de maneira abrangente (Harvey, 2016, p. 19).

Segundo Harvey (2004), o imperialismo europeu ocorrido entre 1884 e 1945 foi o primeiro exemplo de controle da burguesia a nível mundial, durante esse período os países organizaram um projeto imperialista que tinha como objetivo resolver seus problemas, principalmente e no que se refere ao acúmulo de capital. Porém, no fim do século XIX, como previsto por Lênin, esse modelo veio a colapsar resultando em duas guerras mundiais. Após o final da Segunda Guerra Mundial, o antigo sistema foi substituído por um que tinha os Estados Unidos da América como líder; o objetivo era criar uma aliança global que possuísse os principais países capitalistas, evitando, assim, problemas ocorridos na década de 1930. Um efetivo fato foi a criação da União Europeia, que ajudou a criar um novo sistema capitalista através de uma maneira mais organizada a nível global (Harvey, 2004, p.111-112).

A partir da década de 1970 em um mundo pressionado pelas questões inflacionárias, muitas delas oriundas pela guerra do Vietnã, onde os Estado Unidos optou por gastar muito dinheiro em armas e também em programas sociais. Houve uma mudança em que o governo americano decidiu criar um sistema novo que remodelou o capitalismo. Baseado em acordos efetivos internacionais e financeiros, o objetivo era tornar o poder econômico mais centralizado, podendo ser administrado a partir de Wall Street (Harvey, 2004, p. 113).

Para Harvey (2005), a sociedade está passando por uma grande mudança a nível global em que o novo Imperialismo está por ser definido. Atualmente estaria na fase transitória para este novo sistema em que muitas forças estão atuantes com o objetivo de fazer a balança virar para o seu lado. O sistema está completamente persuadido em investir na acumulação por espoliação, acumulando mais riqueza e privatizando setores públicos, ficando, assim, inimaginável não pensar em um novo imperialismo com uma robustez ideológica (Harvey, 2004, p. 119). Assim pode-se entender o imperialismo como uma sequência de tentativas falhas que tinham como objetivo resolver as crises causadas pela acumulação de capital. Essas crises surgiram porque o capitalismo acabou acumulando mais capital do que o mercado conseguia

absorver, mostrando que o sistema tende a criar crises graças ao acúmulo de capital em excesso (Harvey, 2005, p. 78).

Segundo Duménil e Lévy (2004), a crise dos anos 1970 contribuiu para a aceleração da difusão do pensamento neoliberal no mundo, essa crise pode ser explicada à luz da tendência decrescente da taxa de lucro. Com a produção se tornando cada vez mais mecanizada, houve uma diminuição na relação capital-produto, para manter a taxa de lucro, seria então necessário aumentar a participação nos lucros de venda. Porém, essa aplicação acabaria enfrentando vários obstáculos, visto que neste período histórico houve um aumento, por exemplo, na mobilização de trabalhadores e sindicatos, fazendo com que a redução dos salários base fosse altamente criticada e destruída, acarretando, assim, na incapacidade do sistema capitalista em aumentar a participação nos lucros, fazendo com que a crise econômica se instalasse nos anos 70. Para Anderson (1995, p. 6) o resultado de todas as modificações e crises vividas nesse período, foi o aumento massivo do desemprego e uma sociedade definitivamente mais desigual, mesmo não ocorrendo tantas privatizações no setor público como sempre quiseram os neoliberais.

O processo de neoliberalização vem se desenvolvendo, de acordo com Harvey (2008), a partir dos anos 1970, e visa a restauração de classe que tem como objetivo o retorno a posições e espaços privilegiados que são assegurados através da economia. Isso é feito através de discursos e ideias de que a liberdade individual e econômica é essencial, porém, o que ocorre, segundo o autor, é um aumento das desigualdades em que as pessoas que são menos favorecidas economicamente são aquelas que ficam mais sensíveis às diferenças sociais e à marginalização social.

Para Harvey (2008), o neoliberalismo nada mais é do que um projeto utópico que é orientado a implementar um plano de característica teórica de reorganização do capitalismo a nível global, quanto um projeto político que está voltado para restabelecer o poder de elites econômicas perante as sociedades através da acumulação de capital, tendo o segundo objetivo perdurado (Harvey, 2008, p. 27).

Nesta dissertação, foca-se na segunda interpretação, de que o neoliberalismo é um projeto político que perdurou comparado à primeira opção. O projeto neoliberal visa estabelecer

estruturas em funções militares como a polícia, sempre visando à manutenção dos direitos à propriedade privada, assegurando, se necessário através da força, o funcionamento correto dos mercados. Se não houver mercado em áreas como água, educação, saúde, energia, o Estado deve garantir a criação destes mercados, porém, o Estado não deve interagir e intervir além da tarefa de criação (Harvey, 2008, p. 11). Mesmo que as políticas neoliberais não tenham conseguido reaver o acúmulo de capital, elas foram assertivas em recuperar o poder econômico das elites. A utopia presente nos discursos neoliberais foi uma porta de entrada para a justificação de legitimação necessária para angariar os seus objetivos. Porém, quando esses objetivos entravam em conflito com as ideias neoliberais, havia sempre uma necessidade das elites em retorcer essas ideias e ao mesmo tempo alterar ou se desfazer desses discursos (Harvey, 2008, p. 28).

### 1.3 A Acumulação por Espoliação

Ao usar a Inglaterra nos anos 70 como exemplo, Harvey (2005) exemplifica como o as privatizações acabaram por alterar as redistribuições das relações sociais, transformando as relações existentes, redistribuindo os ativos públicos através das privatizações dos setores de eletricidade, energia e transporte, beneficiando cada vez mais as classes altas em detrimento das classes baixas (Harvey, 2005, p. 131). Tal racionalidade será imposta e também observada para se chegar ao objetivo proposto da dissertação. Um dos pontos importantes do pensamento de Harvey sobre o neoliberalismo, é uma das formas com que ele se desenvolve, chamada também de “acumulação por espoliação” (ou por despossessão). Ponto central no presente trabalho, pois demanda e explica o formato de privatizações neoliberais, sendo uma característica que nada mais é do que uma forma contínua de acumulação, pensamento presente também em Marx, porém, o mesmo acreditava que este tipo de acumulação já se apresentava no início do capitalismo.

A acumulação por espoliação acabou tornando-se uma parte essencial do capitalismo global e a privatização acabou sendo um dos principais focos desse processo. O combate a esse tipo de capitalismo e imperialismo acabou tornando-se ainda mais difícil, visto que há vários centros financeiros além dos Estados Unidos ao redor do mundo, como Tóquio, Londres e outros (Harvey, 2004, p. 114). Para acabar diferenciando os atuais processos de acumulação

dos que Marx chamou de “primitivos”, Harvey cunhou o conceito destacando que isso se deve a novos modos de acumulação oriundos, por exemplo, das transformações em volta da mercadoria ao longo da história (Harvey, 2005, p.122-123). O neoliberalismo acaba atuando de várias maneiras, principalmente em espaços e instituições que podem ser usadas para a sua oposição. Assim, acaba se sustentando em um “regime” ou “aliança” no formato de oligarquias políticas, que direcionam e administram as instituições e os mecanismos do estado capitalista, esses mesmos locais, no passado recente, funcionavam de acordo com os princípios da democracia liberal (Dardot; Laval, 2016 p. 8).

O neoliberalismo consiste na transferência de ativos públicos e populares para domínios privados, privilegiando uma classe social, fazendo com que setores estatais antes não disponíveis para acumulação e lucro por parte do setor privado, passem a ser integrados na acumulação capitalista, tais áreas podem ser universidades, sistema de saúde, presídios e etc. Após serem adotadas as políticas neoliberais, o Estado passa a contribuir com a redistribuição dos recursos para as classes mais altas, reorganizando o sistema junto com as privatizações, diminuindo os códigos tributários através de implementações, concedendo isenção de impostos a grandes empresas e também destinando verbas públicas a grandes corporações (Harvey, 2008, p. 172).

O crescimento das privatizações de recursos e instituições públicas ao redor do mundo acaba demonstrando uma fase nova da “expropriação dos bens comuns”, se utilizando, na maioria das vezes, do Estado para se alcançar esses objetivos, mesmo que isso ignore a vontade popular. As conquistas de caráter popular adquiridas durante anos de lutas dos direitos trabalhistas, aposentadorias e etc, acabam sendo transferidas para o setor privado, deixando evidente as práticas promovidas sob o pensamento neoliberal (Harvey, 2005, p. 123).

Assim pode-se perceber que o neoliberalismo não está tão distante do pensamento liberal, pois o primeiro depende totalmente do Estado para que haja uma restauração de poder de uma elite. É possível encontrar tal racionalidade presente em Gramsci (2005, p. 23) quando o mesmo define o liberalismo como sendo uma “forma de regulamentação que é criada e mantida pelo governo através de leis e medidas”, contrastando, assim, com o discurso liberal que prega o surgimento da livre concorrência a partir do mercado. Quando o liberalismo

consegue ser implementado, ele modifica as políticas econômicas do Estado e também acaba alterando a elite que o rege, resultando em uma nova maneira de redistribuição nacional (Gramsci, 2005, p. 23).

Harvey (2005) sustenta que a acumulação primitiva, presente em Marx, foi ao longo do tempo sendo aperfeiçoada, fazendo com que tenha um papel de mais impacto nos dias de hoje do que no passado. Tais mecanismos sofreram alterações, como as questões especulativas, sistema de crédito, e etc. Tal processo de acumulação persistiu no capitalismo vindo a se manifestar através das privatizações e concessões nos dias de hoje. Harvey (2005, p. 131) define as privatizações como um “braço armado” do projeto neoliberal na “acumulação por espoliação”, sendo a espoliação e a liberalização do mercado o objetivo central do movimento neoliberal, para que o mesmo se concretizasse seria necessário que isso fosse transformado como objetivo central das políticas estatais no mundo. Logo após a crise de sobreacumulação se tornar irreversível, o movimento neoliberal passou a ser visto como uma alternativa ao keynesianismo, principalmente no que se refere ao papel do estado na formulação de políticas.

Assim, o governo de Margaret Thatcher acabou por “abraçar” o movimento ao tentar buscar soluções para os problemas econômicos da década de 70. Além dela, Ronald Reagan transformou o papel do estado, o qual não era mais necessário para buscar o bem-estar social, mas sim para vislumbrar a acumulação de capital ao lado do mercado e da oferta. As propriedades do Estado ou aqueles espaços utilizados para o uso comum foram submetidos então ao mercado para que o “capital excedente” pudesse investir, especular e crescer sobre o mesmo, criando novos mercados e atividades com fins lucrativos. Assim, o mantra do neoliberalismo seriam os processos de privatizações e liberalizações do mercado, alterando as políticas de estado (Harvey, 2005, p. 130-131).

Tentando urgentemente encontrar mais espaços para que o excedente de capital fosse aplicado, houve no mundo um amplo segmento de privatizações, sempre em cima de uma crença de que as empresas estatais seriam ineficientes e ultrapassadas, que a única solução para melhorar o desempenho dos setores seria somente através da transferência para o setor privado. Independente disso, o setor industrial estatal precisava ser aberto ao capital privado, que não tinha mais onde ser investido, fazendo com que serviços públicos de eletricidade, água, transporte, e até mesmo a educação, devessem ser designados para as empresas privadas. Após

isso, o que ficou claro é de que os empresários que adquiriram as empresas geralmente a um custo muito mais baixo do que valiam, em um período curto de tempo, acabaram se tornando bilionários (Harvey, 2011, p. 32).

A quantidade de capital aplicada e movimentada é totalmente significativa, o capital é aplicado nessas privatizações, pois precisa obter um lucro mais rápido do que a concorrência, assim acabam dobrando o lucro enquanto os outros perdem. Há uma necessidade de impulsionar o capitalismo, acelerar e torná-lo mais eficiente; o capitalismo acaba, assim, se tornando muito mais forte e acoplado (Pasti *et al.*, 2012, p. 185). A acumulação por espoliação está presente nas políticas neoliberais, ocorre através das privatizações que liberam ao mercado a transformação dos bens estatais em bens comuns a serem espoliados. Aquilo que pertencia ao Estado e a sociedade acaba sendo entregue ao mercado, fazendo com que “o capital acumulado investisse, valorizasse e especulasse sobre eles” (Harvey, 2005, p. 130). Essa acumulação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação, que refere-se a uma situação onde há excedentes de capital ( algumas vezes pode ocorrer também um excedente de trabalho) que estão inativos devido às oportunidades de lucro.

O que a acumulação por espoliação irá fazer é com que uma série de ativos esteja disponível a um custo muito baixo, às vezes até mesmo de graça. Assim o capital que está em excesso pode comprar esses ativos e o utilizar rapidamente para gerar novos lucros (Harvey, 2005, p. 124). Na acumulação por espoliação, o Estado assume um papel de violência, às vezes de imediato ou não. Nas privatizações pode-se erroneamente pensar que não há violência, pois o processo parece ser orientado e regulamentado por regras e procedimentos públicos que dão a visão de serem inertes. A partir da expansão da acumulação por espoliação dentro do sistema capitalista vigente, ocorrem a criação de leis e outros mecanismos burocráticos que visam diminuir a percepção deste malefício. É assim que Harvey observa que a acumulação por espoliação é oriunda do avanço do neoliberalismo, orientado sempre pela privatização, fazendo com que a violência desse processo seja fragmentada na medida em que a democracia também diminui. Através das privatizações, o Estado acaba passando a imagem de um órgão que passa a configurar como um escudo contra a violência, promovendo uma disputa justa que também corresponderá ao fracasso de uma gestão estatal frente a administração privada (Gomes; Ribas Filho, 2020, p. 12).

A revolução neoliberal, a qual foi manifestada através de uma crescente onda de financeirização, foi acompanhada da reorganização do Estado ao redor do mundo, tal reorganização foi feita através de privatizações, do disciplinamento das forças de trabalho e também da privatização do setor social. Assim, a restauração do poder de classe foi restabelecida a nível mundial, sendo concedido para as novas elites, como na China e na Rússia, por exemplo (Harvey, 2009, p. 16). O autor ainda define o termo privatização, citando Roy (2001), como sendo “a transferência de ativos produtivos públicos do Estado para empresas privadas”, entre esses ativos estão os recursos naturais do próprio Estado em questão, como água, florestas, ar, terras, tais ativos são de confinamentos exclusivamente do Estado em si e pela população que o mesmo representa. Vender tais recursos para a iniciativa privada como se fossem mercadorias é criar um processo de despossessão gigantesco em uma escala sem precedentes (Roy, 2001, p. 43 *apud* Harvey, 2005, p. 133).

As privatizações de vários setores como os dos transportes e água na Inglaterra, por exemplo, acabaram criando novos meios de apropriação do capital sobreacumulado. Além disso, o fim da União Soviética e a entrada da China no cenário mundial de comércio, acabaram abrindo uma quantidade de ativos que antes não eram disponíveis para o capital. O capitalismo vem sofrendo desde a década de 1970 uma sobreacumulação grande, a estratégia adotada então pelo neoliberalismo foi a de “privatizar amplamente os recursos e serviços” tornando isso uma solução para esse problema (Harvey, 2005, p. 128).

No caso da Eletrobras, esse excedente é utilizado na compra de ações da empresa por um valor abaixo do que ela realmente vale, fazendo com que a venda em posteriori dessas ações de mercado gerem um lucro rápido aos compradores. Como se verá na dissertação, a 3G Capital, mesmo sendo acionária minoritária, terá prioridade no retorno dos dividendos lucrativos da empresa. Assim, ainda que a água e o vento que geram a energia no Brasil sejam bens comuns, a sua apropriação ocorre nas mãos de um pequeno grupo de banqueiros ou empresas. Dessa forma, a venda da Eletrobras e o controle das matrizes energéticas de uma grande parte do país podem ser vistas como uma acumulação por espoliação, presente em Harvey (2005), caracterizando essa nova fase do capitalismo brasileiro, na qual surgem novos mercados de acumulação e espoliação.

#### 1.4 Enfrentamento à Acumulação por Espoliação

Um aspecto de suma importância é como se deu e se dará o combate contra a acumulação por espoliação. Existem muitos exemplos de lutas sociais que protestam e também discutem contra a adoção do neoliberalismo. Dificilmente essas lutas estão vinculadas umas com as outras, tem-se exemplos de lutas do povo Ogoni contra a Shell Company, e trazendo para a América do Sul os protestos contra o financiamento do Banco Mundial para a construção de represas em vários países do continente (Harvey, 2005, p. 137). No caso do Brasil, ocorreram protestos de grupos indígenas na Amazonia brasileira contra a construção de represas na região, o argumento era que “a construção das represas destruirá seu modo de vida, acabará com os animais e os peixes necessários para a subsistência e pode causar problemas de saúde” (Índios..., 2008, n.p).

Conforme Harvey (2005), existem as Organizações Não Governamentais (ONGs), especialmente a partir de 1970, as quais se concentram principalmente através de questões políticas, como direitos trabalhistas e das mulheres. Apesar de fazerem um trabalho particularmente grande, que visa diminuir as desigualdades e a pobreza, acabam ativamente promovendo ações de mercado, muito porque em sua grande maioria foram fundadas por órgãos religiosos e humanistas. O efeito desses movimentos a nível global acabou articulando segmento como a política, os sindicatos e os partidos, abrangendo o terreno dentro da sociedade civil. Assim, o foco da luta foi diminuído, fazendo com que os movimentos atuassem cada vez mais de maneira desorganizada e menos concentrada, angariando amplamente “o espectro social”. A partir disso, acabaram por ganhar a significativa relevância e influência política, porém, acabam perdendo no que se refere a “entender e abordar as questões mais amplas da política e da acumulação por espoliação” (Harvey, 2005, p. 137-138).

Vários tipos de movimentos sociais podem acabar se tornando mais radicais com o passar do tempo, isso ocorre porque percebem que os problemas do neoliberalismo são “sistêmicos” e não apenas isolados. A unificação de vários movimentos, como o dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil, para dar o exemplo do campo, ou os movimentos que visam os direitos à cidade no Brasil, como o Movimento Nacional de Luta por Moradia, podem sugerir que há no futuro uma esperança de que os movimentos se organizem mais e consigam enfrentar

as privatizações e os organismos que sustentam esse fenômeno neoliberal (Harvey, 2011, p. 207). O movimento do neoliberalismo é parte de um projeto de classe que emergiu durante os anos 70 através de um discurso que enaltece a liberdade individual, a responsabilidade da pessoa e o lado bom das privatizações, do livre mercado e também do comércio. Acabou legitimando e consolidando o poder a uma classe, fazendo com que os países que adotaram o neoliberalismo, possuíssem uma concentração de riqueza gigante que está longe de acabar (Harvey, 2011, p. 16).

## 2 A Privatização da Eletrobras

Neste capítulo discuti-se, primeiramente, sobre como a Eletrobras se formou para, depois, refletir sobre a forma com que foi privatizada. Nesse sentido, aborda-se os seus desdobramentos, análise de discursos realizados a favor e contra a aprovação do Projeto de Lei que regulamentou a sua privatização, assim como os atores envolvidos nesse processo, grupos de pressão externos a favor e contra, e os partidos envolvidos. Além disso, discorre-se sobre as implicações após a realização da privatização, o choque de agendas entre o governo que estruturou para que o mesmo ocorresse, e a tentativa de modificá-la na agenda do governo atual de Luiz Inácio Lula da Silva.

### 2.1 A Fundação da Eletrobras

A criação e evolução do setor elétrico brasileiro apresenta várias fases ao longo de seu percurso, principalmente no que decorre ao envolvimento do Estado nessas premissas, como ampliar e facilitar investimentos e financiamentos no setor, a interação com empresas estrangeiras, precificação e tarifas para o consumidor, são alguns exemplos mais amplos. Além disto, também houve intervenções a nível Federal que facilitaram ou aceleraram o crescimento do setor em território brasileiro, como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), em 1952, a criação do Código de Águas, em 1934, e a fundação de empresas a nível municipal e estadual que ajudaram e ajudam a administrar a eletricidade em todo o país (Rocha, 2017, p. 32).

Os primeiros passos dados no setor elétrico remontam aos anos de 1880, principalmente em atividades relacionadas com o setor industrial. Logo após, em 1889, a Light chega ao país, mais especificamente no estado de São Paulo e posteriormente no estado do Rio de Janeiro em 1905, logo em seguida se estabelece a Amforp, uma companhia americana de energia, tais empresas monopolizam o setor elétrico brasileiro até 1930. É somente a partir da Primeira Guerra Mundial que surge uma tendência de estatização no Brasil e no cenário internacional, o Estado brasileiro passa a assumir um papel desenvolvimentista no âmbito nacional, principalmente no setor elétrico (Mões; Rocha; Santos, 2022, p. 2).

O crescimento das principais cidades brasileiras fez com que o interesse de empresas estrangeiras no mercado energético brasileiro aumentasse muito, oriundas da expansão das iluminações públicas, do comércio, das indústrias e das residências. A onda de imigração que percorreu o país acarretou ainda mais em uma demanda antes precária, mas agora muito necessária para acompanhar o desenvolvimento e crescimento urbano. O sistema elétrico nacional era muito precário e ineficiente para a demanda cada vez mais crescente, além disso, não existia uma coordenação nacional que estabelecesse primórdios e direções de desenvolvimento energético necessário para o período de expansão que ocorria no setor, assim, as indústrias assumiram uma posição de destaque como as principais receptoras de energia da época (Rocha, 2017, p. 35).

Com a crise de 1929, a indústria cafeeira brasileira acaba entrando em colapso, fazendo com que a economia do país, antes ancorada na produção de café, migre para o desenvolvimento industrial, gerando um desenvolvimento e intervenção estatal na economia do país. Em 1934 é redigida uma nova constituição e nela é adentrado o novo Código de Águas; o mesmo centralizava na União os direitos de exploração e planejamento dos principais cursos de água do país (Mões; Rocha; Santos, 2022, p. 3).

A formação da Eletrobras, que foi concluída somente em 1962, teve seu início na década de 50, mais precisamente em 1954; naquele ano foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.280 que propunha a criação de uma estatal federal que tinha como objetivo atuar como uma âncora no setor elétrico brasileiro. O acelerado processo de industrialização no país deixava clara a necessidade de ultrapassar o déficit energético presente até então. O período da proposta de lei até a sua aprovação foi longo e burocrático, enfrentando paralisações e comissões dentro do Congresso Brasileiro. Oito anos se passariam até finalmente ser sancionada em 25 de abril de 1961, sob a Lei nº 3.890-A, sendo a União autorizada a construir a Eletrobras. O Projeto de Lei apresentado primeiramente, previa uma estatal com mais tarefas, como a fabricação de equipamentos elétricos pesados, porém, com o passar das revisões nas sessões do Congresso brasileiro, essa atribuição foi modificada e retirada. Sendo a mesma focada para se concentrar na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, tal decisão era fruto da urgência do setor elétrico, assim a estatal poderia focar na área que mais precisava de desenvolvimento dentro do setor brasileiro (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2022, p. 25).

**Figura 1** – Mapa da Rede Básica de Transmissão de Energia entre 1971 e 1980



Fonte: Eletrobras, 2018.

Foi um marco muito grande para o setor elétrico brasileiro, antes da criação da estatal o setor era descentralizado, faltando uma coordenação nacional entre as inúmeras concessionárias, o BNDE desenvolveu um fundo federal exclusivo para o desenvolvimento do setor elétrico no país (Cachapuz, 2002, p. 17-21). Porém, a fundação da empresa estatal não foi efetivada sem um amplo protesto de algumas alas políticas no Congresso Nacional, houve, assim, um intenso debate entre aqueles que eram a favor da criação da estatal, os nacionalistas, e os contrários, os defensores da privatização. Aconteceram campanhas de ambos os lados, o movimento que apoiava a criação da empresa envolveu o apoio de estudantes, sindicatos, militares e jornalistas, fato que fez lembrar a campanha “O petróleo é nosso”, ocorrida na criação da Petrobras que debateu a nacionalização do petróleo (Pereira, 1975, p. 45).

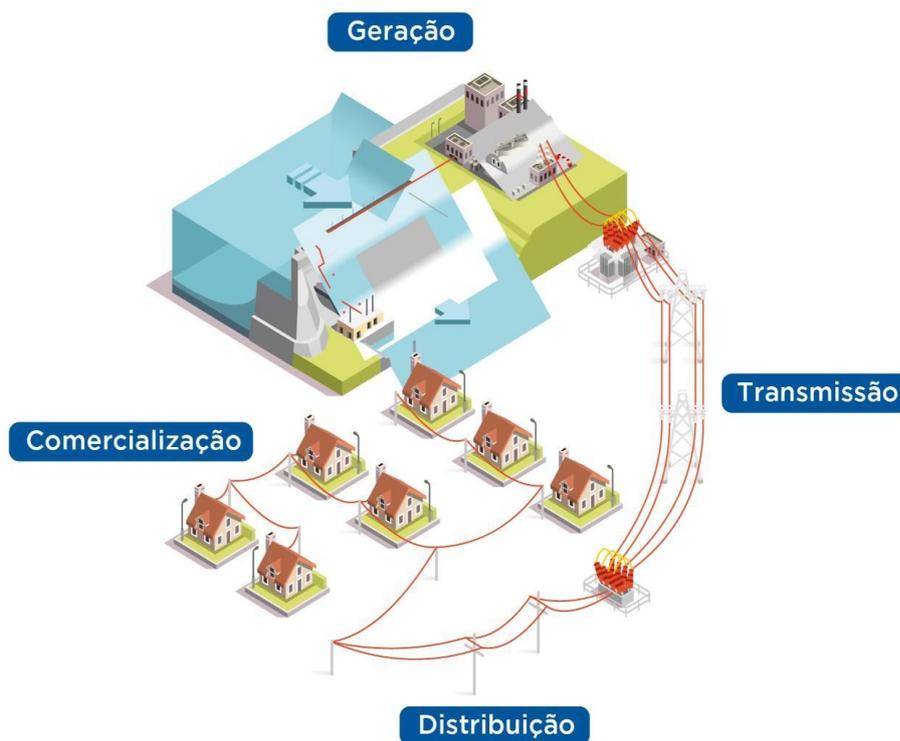
A empresa foi criada não apenas como um órgão administrativo, mas sim como uma proprietária de diversas empresas de energia, podendo gerir usinas prontas ou que ainda estavam em construção. Adotando o modelo “Holding”, que se reflete até os dias de hoje, era possível o governo federal brasileiro centralizar todo o seu planejamento e financiamento do setor elétrico em uma companhia. Essa centralização fez com que a empresa pudesse expandir suas opções de participações, entrando e gerindo concessionárias estaduais pelo país todo, como em Goiás, Bahia e Espírito Santo, por exemplo. Como mencionado anteriormente, com uma demanda cada vez mais crescente e a pressão dos governos federais, a Eletrobras aprimorou constantemente estudos sobre a expansão e produção de energia no país, garantindo assim uma modernização rápida que acompanhou o desenvolvimento industrial (Pereira, 1975, p. 16-17).

Para conseguir desenvolver a demanda de energia por todo o país foi necessário a interligação dos sistemas, tal demanda levou a criação do Comitê Coordenador de Operação Interligada (CCOI). Tal comitê se expandiu por várias regiões do Brasil, como Sudeste e Sul, ambas interligadas após a criação do Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), subordinado à Eletrobras, tal comitê foi criado para substituir os CCOIs. Com todo o investimento e crescimento, e com sistemas interligados por várias regiões do Brasil, a empresa viu a necessidade de investir em equipamentos e sistemas energéticos, tal investimento levou a criação do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) em 1974 no Rio de Janeiro. O Cepel acabou por colaborar para que várias subsidiárias da Eletrobras criassem seus próprios centros de pesquisas, criando, ao longo do tempo, a maior rede de inovação tecnológica do setor elétrico no Brasil, e umas das maiores do mundo (Pereira, 1975, p. 19).

Na parte da Geração de energia, a Eletrobras atingiu em 2023 a capacidade instalada de 44.654,5 MW, o que representa 22% do que é instalado no Brasil; 65% é feito através de empreendimentos de propriedade integral da empresa, 33% através de empreendimentos das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), em que se atua em parceria com empresas na implantação e gerenciamento de usinas e transmissões e, por fim, 2% através de propriedade compartilhada (Eletrobras, 2024b).

A malha de transmissão de energia da Eletrobras atingiu em 2023 um total de 73.788 km, sendo em torno de 10.171 km de linhas não renovadas. Assim, a empresa é responsável por 69.225 km de extensão se levar em consideração as linhas com capacidade de transmissão maior ou igual a 230Kv, representando 37,5% do total de linhas nas tensões mencionadas (Eletrobras, 2024c). A empresa distribuidora recebe a energia através das transmissões e a distribui no varejo e para os consumidores. No Brasil existem mais de 131 concessionárias que fazem a parte da distribuição da energia. Na comercialização, as empresas compram energia por meio de contratos com a Eletrobras, podendo posteriormente revender esta mesma energia aos consumidores; pode também ser revendida a outros distribuidores ou comerciantes. Quando se refere à venda de energia para distribuidores, a mesma só poderá ser feita através de leilões regulados (Portal da Indústria, 2021). Assim, o Brasil ficou dividido em quatro etapas, como mostra a Figura 2.

**Figura 2 – Divisão do Setor Elétrico Brasileiro**



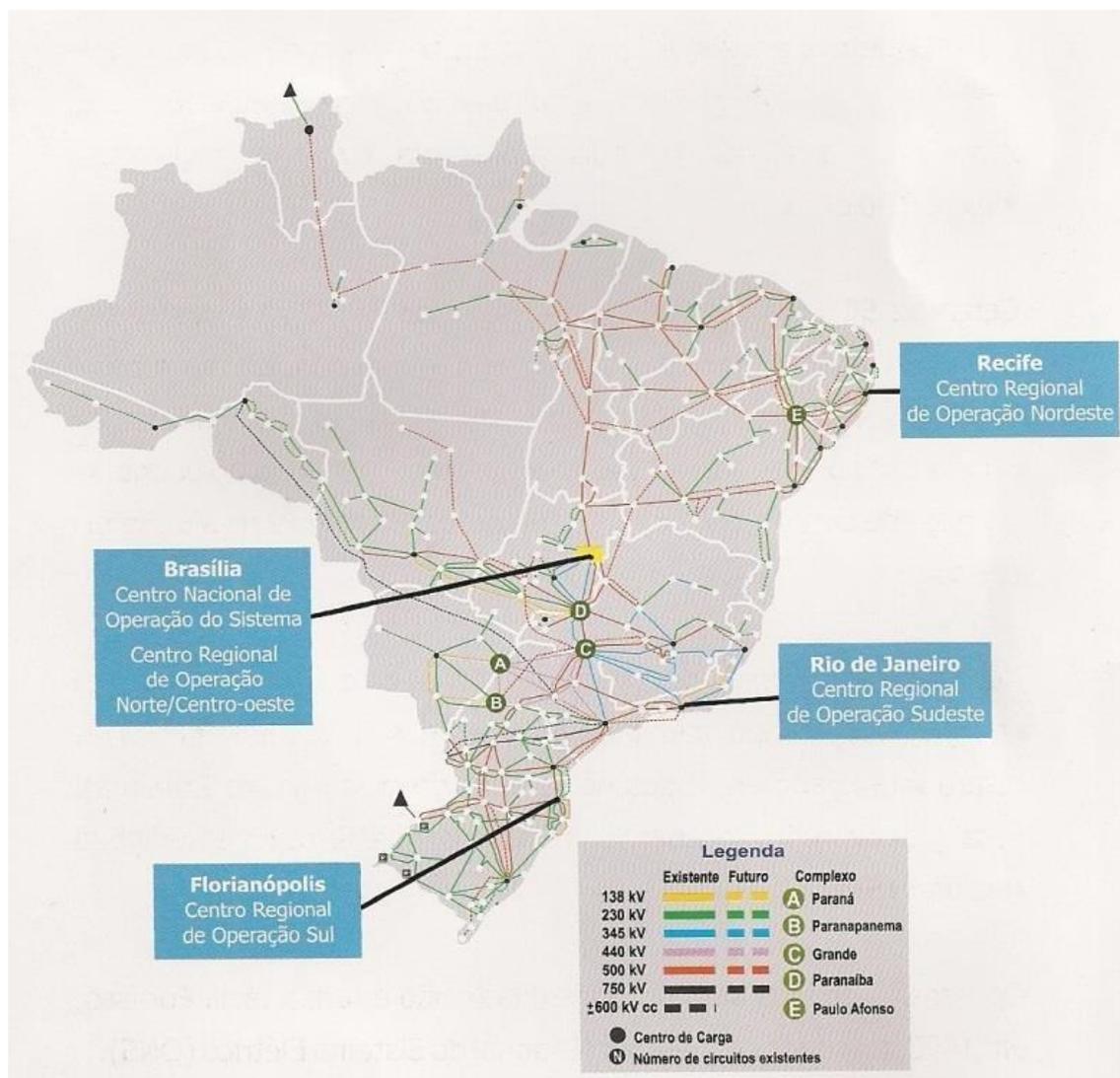
Fonte: Portal da Indústria, 2021.

Essa trajetória, desde a sua fundação e modificações necessárias de modernização, sempre com o Estado à frente das iniciativas e também na busca do desenvolvimento do setor

elétrico, é de suma importância para o entendimento do trabalho, visto que a privatização do mesmo pode descaracterizar e modificar a centralização do desenvolvimento energético do país. Tal centralização, e também a manutenção como empresa Holding, fez com que o Estado brasileiro, do ponto de vista da União, pudesse desenvolver de forma coerente e também planejada o desenvolvimento por todo o Brasil. Tais características podem desaparecer ou diminuir a longo ou a curto prazo, visto que para a grande fatia da empresa agora interessa prioritariamente o lucro.

Pode-se conferir na Figura 3 os centros estaduais de controle e distribuição de energia, respectivamente os das regiões, Nordeste, Norte/Centro Oeste na Capital Brasília, Sudeste e o Sul. Tudo é operado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que é o órgão responsável por coordenar e controlar a operação das instalações que geram e transmitem a energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). É responsável também por planejar as operações de partes isoladas do país, e fica sob fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) (Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2024c). A Aneel é uma autarquia que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e foi criada com o objetivo de regular o setor elétrico brasileiro em 1997; além disso é responsável por fiscalizar o setor (Agência Nacional de Energia Elétrica, 2023).

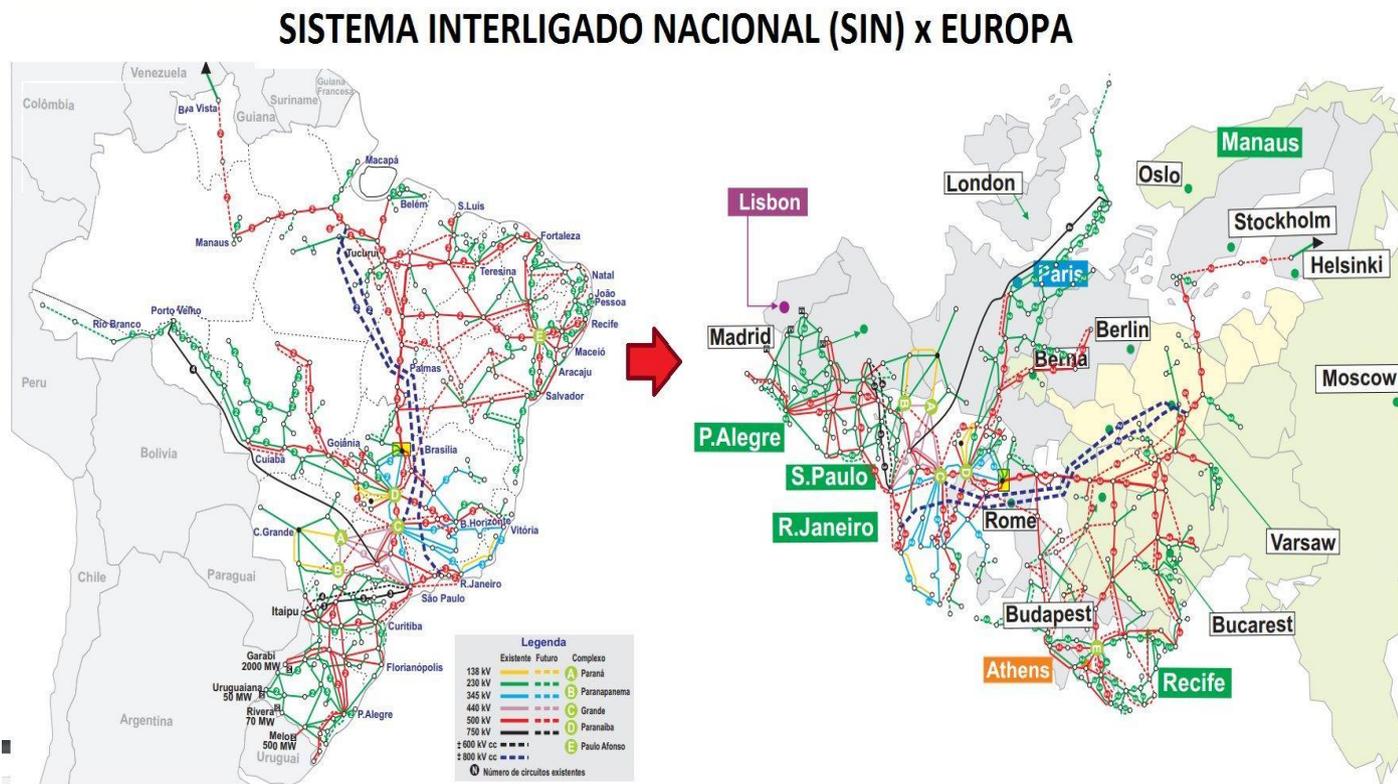
**Figura 3** – Distribuição dos Centros Regionais de Operação do ONS



Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2018.<sup>11</sup>

Já através da Figura 4, percebe-se o quão grande é a malha de distribuição de energia no Brasil. A título de comparação, é como se perseguisse a distância de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para terminar em Helsink, na Finlândia, passando, ainda, por Atenas, na Grécia.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Distribuicao-dos-centros-regionais-de-operacao-do-ONS-Fonte-Operador-Nacional\\_fig3\\_343889319](https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Distribuicao-dos-centros-regionais-de-operacao-do-ONS-Fonte-Operador-Nacional_fig3_343889319). Acesso em: 20 ago. 2024.

**Figura 4 – Sistema Interligado Nacional (SIN) x Europa**

Fonte: Twitter @lucianoscosta<sup>12</sup>.

## 2.2 Governo Michel Temer e a Primeira Tentativa de Privatizar a Eletrobras

É a partir de 2016 que o interesse de grupos privados nacionais e estrangeiros inicia e os mesmos começam a prestar mais atenção nos ativos públicos da Eletrobras. Principal meio para que essa visão fosse alcançada ainda em 2016, foi o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), o mesmo foi estabelecido pela Lei nº 13.334/2016; tal programa abrange vários setores, como o de ferrovias, petróleo, além do de energia. Outro fator muito importante foi o Decreto nº 8.893/2016, qualificando como prioridade nacional a venda de seis distribuidoras da Eletrobras (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2021, p. 3).

<sup>12</sup> Disponível em: <https://twitter.com/AnaliseEnergia/status/1034514308766621697>. No período de desenvolvimento do estudo, havia acesso ao Twitter no Brasil. Porém, importante ressaltar que no 29 de agosto de 2024, o Twitter/X foi bloqueado para acesso no Brasil por uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

A Lei nº 13.334/2016, em seu primeiro artigo, deixa claro o seu objetivo, uma parceria entre Estado e iniciativa privada que visa à aceleração de meios de desestatização:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

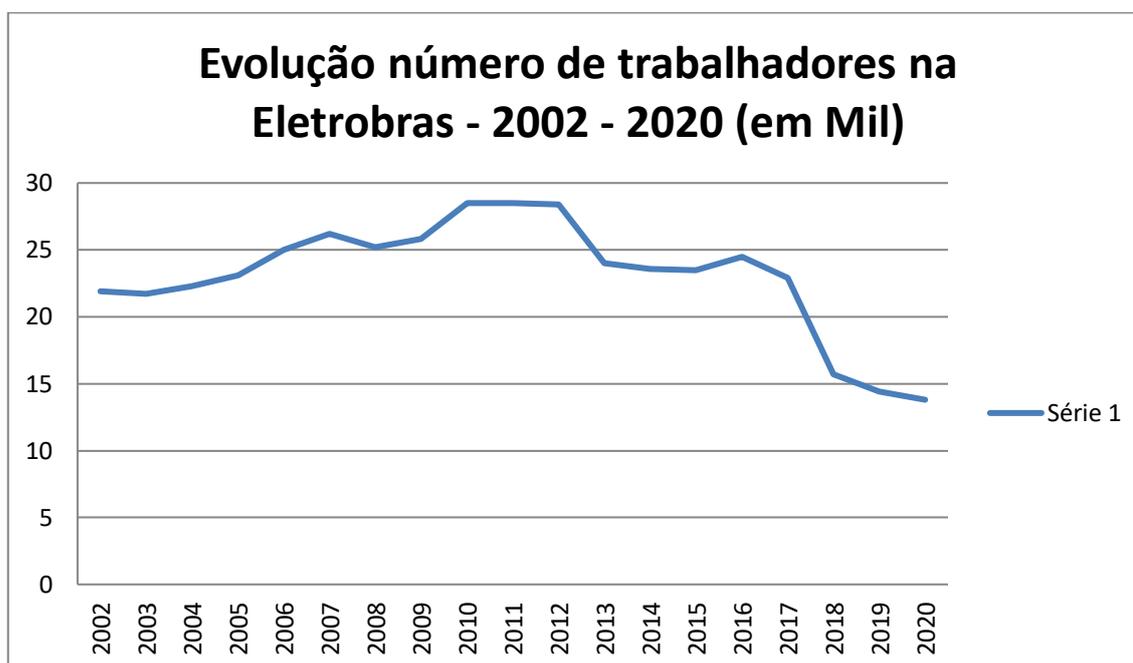
Já o Decreto nº 8.893/2016, define claramente os setores e locais que pretende privatizar, além de definir o BNDES como órgão responsável pela execução e acompanhamento das desestatizações das companhias de energia elétrica, neste processo foram incluídas a privatização de três usinas hidrelétricas, a de Volta Grande, Miranda e São Simão, como pode-se conferir no trecho a seguir:

Art. 2º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES designado como responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo de desestatização das companhias concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica de que tratam os incisos IV a IX do **caput** do art. 1º.

Um novo Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) implementado para os anos de 2017-2021 foi feito para que a privatização da Eletrobras fosse precedida por um plano de reestruturação empresarial. Sob uma ótica de mercado, tal visão tinha o objetivo diminuir o número de funcionários e também a redução dos custos com mão de obra dentro do setor elétrico brasileiro, incluiu ações de até 50% da força de trabalho (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2017, p. 6).

Para se ter uma ideia da diminuição da mão de obra, pode-se acompanhar o Gráfico 1, que contempla o número de funcionários de 2002 até 2020 dentro do quadro do Grupo Eletrobras:

**Gráfico 1** – Evolução do Número de Trabalhadores na Eletrobras (2002 – 2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2021.

Isso vai de encontro com o que Denis Castilho falou em sua entrevista para o autor da presente dissertação, na qual o mesmo aponta para o Plano de Demissões Voluntárias (PDV), que acabou por incorporar mais de 2 mil engenheiros no plano, “mostrando que o setor financeiro é hegemônico hoje no Brasil, a maior fonte de renda dessa força é o rentismo”. Segundo Castilho (2022) foi no começo de 2017, durante o governo de Michel Temer que, através de medidas provisórias e projetos de lei, se tentou a privatização da Eletrobras. Em 28 de dezembro do respectivo ano foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 814, tal MP dava abertura para a reestruturação do setor elétrico brasileiro, assim como revogou a proibição da privatização da Eletrobras e suas subsidiárias, porém acabou por perder a validade após o fim de seu prazo legal. Em outra tentativa de privatização, foi enviado ao Congresso, em janeiro de 2018, o Projeto de Lei (PL) nº 9.463, que autorizava a privatização da empresa através do aumento de seu capital e também a proibição de compra de novas ações pela União, tal projeto também não avançou devido à perda de validade da MP anterior, publicada em 2017 (Castilho, 2022, p. 504). Com a análise da revogação do artigo 31 da Lei nº 10.848/2002, que excluiu a Eletrobras do Programa Nacional de Desestatização, a empresa podia ser privatizada mais rapidamente sem precisar reembolsar os recursos de déficit de caixa (Silva Jr.; Neves, 2020, p. 151).

Em 2017, ainda no Governo Temer, foi assinado um contrato público da Eletrobras com a empresa RP Brasil Comunicações LTDA (FSB COMUNICAÇÃO). O objetivo do contrato era de consultoria e gestão empresarial, a prestação de serviço teve um custo total de 1 milhão e 800 mil reais, firmado sobre o contrato ECE-DJS 1252/2017 anunciado no Diário Oficial da União em 17 de outubro de 2017<sup>13</sup>.

Em 9 de abril de 2018 houve uma extensão do contrato da prestação de serviços da empresa publicado no Diário da União do referido dia, em que estendia por mais 14 meses a parceria ficando o ato executado com o contrato de ECE-DJS 1252/A-2018<sup>14</sup>. A empresa em questão é considerada a maior empresa de assessoria de imprensa do país, ao analisar-se o objeto do contrato na cláusula 2.1, pode-se identificar o seguinte texto: “Contratação de empresa de consultoria de comunicação empresarial para assessorar a Eletrobras na comunicação relativa ao projeto do acionista majoritário de desestatização da empresa, conforme detalhado no Projeto Básico, integrante deste contrato” (Castro, 2018, n.p).

Logo fica evidente que o governo investiu dinheiro para que fossem divulgadas propagandas e estudos que fossem a favor da privatização da Eletrobras, isso ao custo de dinheiro público do consumidor brasileiro. Ao analisar mais de perto a MP nº 814, é possível perceber o grau de discussão e também de tentativas de modificações ao longo do período em que a mesma era analisada, ao total foram acrescentadas 158 emendas. Já quando analisa-se os resultados da consulta pública, em que se pode votar a favor ou contra a MP, o resultado foi de 281 para o sim e 4439 votos para o não, mostrando, assim, uma grande rejeição por parte da população que votou (Brasil, 2017). Já o PL nº 9.463, por se tratar de um Projeto de Lei, não houve consulta pública on-line.

No ano de 2019, a nova PL nº 5.877 foi enviada ao Congresso brasileiro, e possuía o mesmo objetivo dos anteriores, a privatização da Eletrobras, não tinha muitas mudanças e

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-concluidas/concessao-de-blocos-exploratorios/14a-rodada-licitacoes-blocos/arquivos/atas-cel/comunicado-dou-17102017.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

<sup>14</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos-1/2017/contrato-n-12-2017-mme/extrato-d-o-u-prorrog-ct-12-2017-mme.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

mantinha a condição do aumento de capital da empresa e também a proibição de compras de novas ações pela União. Tal fator faria com que o controle majoritário da empresa fosse reduzido, transformando a mesma em uma empresa privada e não mais estatal.

### 2.3 Governo Bolsonaro e a Privatização da Eletrobras

O ministro da Economia Paulo Guedes defendeu o modelo de diluição da empresa através da captação e também da venda de ativos para empresas privadas, afirmando: “tem gente defendendo que a Eletrobras seja decomposta e nós temos argumentos para demonstrar que o ideal é fazer do jeito que está acontecendo, fazer a capitalização, como a gente está chamando” (Yazbek, 2021, n.p). Além disso, confirmou que se tratava claramente de um projeto de governo e também da base governista no Congresso Nacional: “Correios e Eletrobras foi justamente um movimento que a base do governo fez, admitindo colocar isso [as privatizações] no PND para mostrar que ela [a base] está alinhada com a meta de privatizações” (Yazbek, 2021, n.p).

O PND que o ministro Paulo Guedes se refere é o Plano Nacional de Desestatização. Criado em 1990 no plano de reestruturação e privatização de empresas do Governo Collor de Mello, o plano foi constituído através da Lei nº 8.031, de 12 de abril 1990; a mesma tinha o objetivo de modificar a agenda política nacional através da construção de um consenso neoliberal, em que as privatizações seriam os principais objetivos do governo (Maranho, 2016, p. 39-40). Também foi criado o Fundo Nacional de Desestatização (FND), sendo o seu gestor o BNDES. O fundo foi criado para receber depósitos das ações das empresas que iriam ser privatizadas, sendo o BNDES o responsável por acompanhar e realizar a venda das empresas (Teodoro, 2006, p. 87).

Logo após o TCU autorizar, terminando assim o último obstáculo para a privatização da Eletrobras em maio de 2022, o governo Bolsonaro avançou rapidamente para a sua desestatização, fazendo com que um dos recursos mais importante do Brasil ficasse sob domínio do mercado. Esse pensamento “privatizador” faz parte de uma tendência que foi restaurada no país muito antes, envolvendo uma crescente onda de controle de empresas privadas na rede elétrica pelo país. Mais de 60% da capacidade instalada de geração e distribuição de energia já

estão sob controle de grupos privados, entregando, assim, um setor estratégico de controle do estado para o mercado financeiro, contrariando o interesse público (Félix; Santos Neto, 2022, p. 481). Os autores ainda declaram que o processo de privatização da Eletrobras vendeu “48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas e gás natural, duas termoneucleares, 62 usinas eólicas, diversos laboratórios de pesquisa, 71,1 mil quilômetros de linhas de transmissão.” (Félix; Santos Neto, 2022, p. 481).

Para ter uma noção, ministros do TCU disseram estar sofrendo pressão para agilizarem a votação da privatização. O próprio ministro Bruno Dantas admitiu que nunca sofreu tanta pressão em sua vida, “poucas vezes neste tribunal eu senti uma tentativa de pressionar o tribunal tão grande, brutal, avassaladora” (Fucuchima; Bruto; Gaier, 2022, n.p). Além disso, o ministro comentou a questão do mercado financeiro envolvido na privatização, “considero falacioso que um investidor que queira colocar dinheiro no país em ano de eleição o deixe de fazer por quatro semanas, mostrando claramente a intenção do governo de satisfazer o mercado e investidores externos ao pressionar o TCU” (Fucuchima; Bruto; Gaier, 2022, n.p).

A privatização foi concretizada em 14 de junho de 2022, sendo lançada as suas ações na bolsa de valores. O governo afirmou ainda que isso acarretaria na diminuição da conta de luz aos consumidores, que a privatização traria benefícios de imediato: “o governo tem reafirmado que a privatização resultará em benefícios para a população e pode reduzir a conta de luz dos consumidores residenciais, uma vez que tornará o setor mais competitivo” (Privatização..., 2022, n.p). Antes a energia que era produzida pelas usinas da estatal era vendida por valores mais baixos que os de mercado, com a privatização e a retirada dessas usinas do controle do Estado, a Eletrobras começou a vender a energia de acordo com a precificação de mercado. Já no ano de 2024, o preço da luz voltou a subir e ficou acima da inflação anual. A Aneel prevê um aumento de 5,6% acima da inflação e em 3,9% pelo mercado financeiro; o aumento foi impulsionado por três fatores, o crescimento dos subsídios pagos pelos consumidores, custo da contratação de energia e os investimentos em transmissão (Carregosa, 2024).

Logo, a privatização da Eletrobras é um grande exemplo de como políticas neoliberais resultantes de projetos de governo podem privilegiar os interesses do mercado em detrimento do coletivo. A velocidade com que a privatização foi elaborada e manifestada sem, por

exemplo, uma consulta a especialistas ou órgãos ligados ao setor, só mostra o caráter autoritário e irresponsável por parte do Governo Bolsonaro com o patrimônio público, tal velocidade e também falta de debate público pode onerar a população brasileira, assim como também causar uma desestruturação do setor elétrico no país (Castilho, 2022, p. 505).

Com a nova legislação, o processo de capitalização da Eletrobras ocorre pela venda de ações públicas que são negociadas na bolsa de valores, a União permanece com uma ação especial que foi denominada de “Golden Share”, tal ação lhe dá o direito de vetar deliberações sobre o estatuto social da empresa. No modelo atual, a empresa privatizada não tem o controle da mesma, já que os acionistas têm o poder de voto limitado a 10%, além disso, foi criada uma nova estatal para administrar a Eletronuclear e a Itaipu Binacional, tais empresas não foram incluídas no pacote de privatização (Castilho, 2022, p. 505).

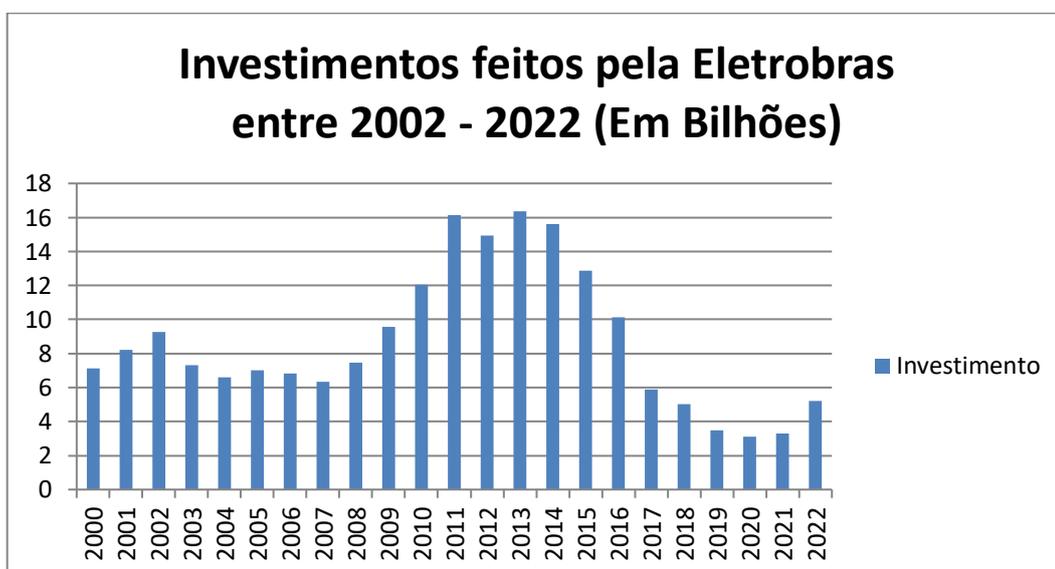
A participação da empresa na União também foi diluída diminuindo para um pouco mais do que 40%, porém, outro fator chamou a atenção, o texto aprovado exige a contratação de oito gigawatts de eletricidade que serão oriundos de termelétricas movidas a gás natural. Tal manobra jurídica feita pelos deputados deixa evidente as pressões de lobbies dentro da Câmara de Deputados e no Senado Federal brasileiro, mostrando a interferência externa do assunto, atendendo, assim, aos interesses do setor privado de gás (Castilho, 2022, p. 505-506). Conforme divulgado por Montenegro (2021), estima-se que essas inclusões na lei incluíram um custo extra de cerca de 56 bilhões de reais, somam-se a isso os impostos e outras cobranças devidas, podendo ocorrer um impacto de cerca de 84 bilhões de reais, boa parte desses prejuízos podem ser futuramente repassados ao consumidor.

Após as questões sobre a privatização da empresa, o governo promoveu campanhas publicitárias que tinham o objetivo de atribuir “os elevados preços da energia elétrica ao seu caráter estatal”, além de também lançar manifestações difamatórias contra trabalhadores da empresa, ocorrendo reações e manifestações por parte dos sindicatos e movimentos sociais (Werner, 2019, p. 173). Harvey (2005), no que chama de acumulação por espoliação, ajuda a entender os motivos que levaram a privatização da Eletrobras. O objetivo central é que além da acumulação primitiva, modo operante tradicional do capitalismo, como a transformação do

trabalho em mercadoria, fossem criados novos meios de acumulação de espoliação, um desses novos métodos é a privatização de bens públicos que antes eram geridos pelo Estado.

Como se pode ver no Gráfico 2, entre os anos 2000 e 2020 a Eletrobras realizou investimentos que totalizaram 190,3 bilhões de reais, assim, a média de despesas foi em torno de 9,1 bilhões. Os maiores investimentos detectados foram entre os anos de 2010 e 2016, fruto de uma agenda de governo em que se priorizava a administração e também o investimento através do Estado, além disso, os valores investidos deliberaram a favor da expansão da empresa (Eletrobras, 2000-2020).

**Gráfico 2** – Investimentos feitos pela Eletrobras entre 2002 e 2022



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Relatórios Anuais da Eletrobras de 2002 a 2022<sup>15</sup>.

Logo, percebe-se que o argumento de que a privatização da Eletrobras elevaria um maior desenvolvimento e também investimentos, pelo menos no período estudado, não se faz verdadeiro. Entre os anos de 2000 e 2022, os períodos em que a empresa mais investiu dinheiro foram nos anos em que o país teve governos com agenda antineoliberais, voltadas para o Estado como centro dos projetos dentro da empresa.

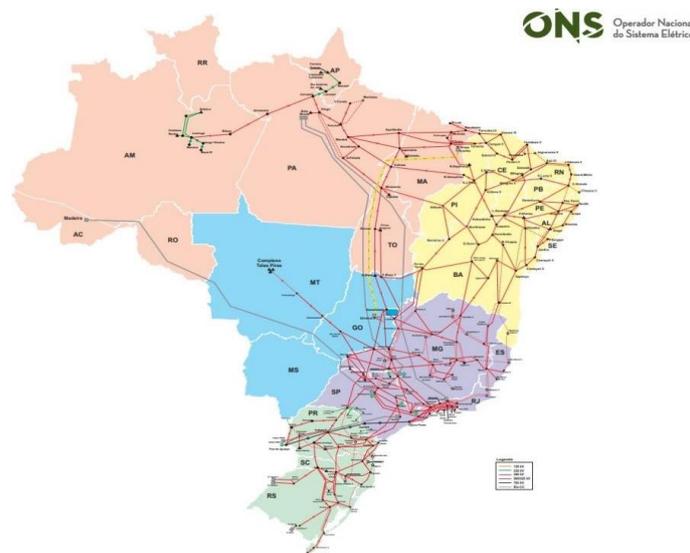
<sup>15</sup> Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Relatorio-Anual.aspx>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Andrade<sup>16</sup> (2018, n.p) não concorda com essa visão, o mesmo é a favor da privatização da empresa, pois, segundo ele ,“a privatização da Eletrobras é imprescindível para a retomada do crescimento da área de energia elétrica e para a geração de novos negócios no país.” Além disso, também argumenta que “o histórico de baixo impacto do investimento em infraestrutura no país está relacionado à limitada capacidade do Estado de planejar e executar os projetos com melhor relação custo-benefício.” Ao analisar mais atentamente os relatórios das últimas décadas da Eletrobras, pode-se perceber que tal argumento não se faz plausível, pelo menos no que tange a respeito da empresa. Denis Castilho, em entrevista ao autor da presente dissertação, também concorda com essa visão:

*Investimento, capitalização de recursos, processo de convencimento, feitos através de reuniões com comentaristas de economia, reuniões de congressistas. Fizeram Pressão no TCU para acelerar o processo de privatização da Eletrobras, a Eletrobras precisa ser privatizada para aumentar o investimento. Relatórios DIEESE, o reinvestimento caiu bruscamente, principalmente com Temer e Bolsonaro. Técnicos e engenheiros desde de 2010 alertam a empresa, precisam investir em transmissão.*

Assim terminamos essa sessão e iremos agora fazer uma leve comparação com os setores energéticos em outros países, principalmente no que tange ao modelo estatal ou privado dessas empresas.

**Figura 5 – Rede de Distribuição de Energia Pelo Brasil**



Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2024b.

<sup>16</sup> Robson Braga de Andrade é presidente da Confederação Nacional de Indústria no Brasil.

Como pôde-se verificar, o setor elétrico brasileiro avançou muito ao longo dos anos, multiplicando sua vastidão, em grande parte organizada e planejada pela Eletrobras.

### **3 O Estado Brasileiro e o Projeto Político Neoliberal**

A seção apresenta uma breve revisão em que é possível destacar teorias relacionadas ao Projeto Político Neoliberal na América Latina e no Brasil, exemplificando, primeiramente, o caso ocorrido no Chile, para a posteriori demonstrar seus desdobramentos no Brasil a partir da década de 1990. Autores como Batista (1994), Brandão (2017), Diniz e Bresser-Pereira (2007), Mattoso (1999), Honorato (2012), Bresser-Pereira; Diniz (2009) e Mendes (2012), para destacar o processo de neoliberalização ocorrido no Brasil no final do anos 90, até a retomada das privatizações em 2016, no governo Temer, e sua continuidade no governo de Bolsonaro.

#### **3.1 O Neoliberalismo no Brasil nos Anos 90**

O neoliberalismo iniciado nos anos 90 no Brasil trouxe muitas modificações econômicas, políticas e estruturais, sempre baseadas na teoria da ineficácia do Estado em controlar a economia e também de gerir recursos próprios, principalmente no que se diz respeito à exploração de recursos naturais. Uma das formas mais claras e clássicas de adotar tal projeto e pensamento neoliberal, é comprando e privatizando os setores de energia e petróleo (García, 2017).

No início da década de 1990, os caminhos que baseavam as economias dos países sul-americanos eram voltados para os ditâmes do Consenso de Washington. O FMI e Banco Mundial fizeram com que Estados fossem subvertidos de acordo com a agenda que visavam, garantindo no Brasil, por exemplo, um local em que o capital fosse capaz de se valorizar e ser impulsionar através de uma agenda privatizadora que acabou sendo dirigida para vários setores estatais, principalmente o setor energético brasileiro (Maranho, 2016, p. 38). O Consenso de Washington priorizou várias abordagens para serem implementadas nos países sul-americanos, como privatizações de estatais, reformas de constituições, diminuição dos direitos trabalhistas, reformas dos sistemas fiscais e tributários, assim como uma reforma total do estado com a diminuição do funcionalismo público em vários setores (Sauer *et al.*, 2003, p. 16).

Segundo Batista (1994), é através do Consenso de Washington que foram delimitados pacotes de medidas que expandiram o modelo neoliberal em toda a América Latina, com a abertura comercial no continente, diminuição dos gastos públicos, privatização de estatais,

reforma tributária, etc. O Consenso de Washington é um marco histórico e ideológico do neoliberalismo dos anos 1990. A respeito de seus desdobramentos na América Latina, o caso do Chile, por exemplo, segundo Brandão (2017), foi o primeiro experimento real do neoliberalismo no continente sul-americano. Processo esse que se deu em um momento de grande crise econômica e social no continente, onde vários países tiveram que adotar estratégias diferentes a fim de controlar a inflação e o aumento repentino do custo de vida.

Como Batista (1994) analisa, o Estado passou a ter outro papel, a sofrer novas críticas e discursos contra si, um dos discursos era de que estado estava falido, não possuía mais a força e desenvolvimento necessários para se fazer políticas públicas eficientes. A ideia central do Consenso de Washington era primeiramente o “capitalismo liberal” e a “democracia depois”, o planejamento era de diminuir o Estado sob a tutela do discurso de que isso o tornaria mais eficiente, tendo que aceitar o capital externo para desenvolver serviços que deleguem a exploração de recursos naturais, por exemplo (Batista, 1994, p. 9).

Quando Augusto Pinochet liderou o golpe de estado no Chile em 1973, a primeira medida adotada pelos “Chicago Boys”<sup>17</sup> foi a de negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), revertendo nacionalizações, privatizando os ativos públicos, e também a seguridade social (Harvey, 2008). É no governo Collor, em 1989, que as diretrizes econômicas e políticas são redirecionadas aos moldes do neoliberalismo do Congresso de Washington, tendo o próprio presidente, ainda em campanha eleitoral, prometido se alinhar com relações bilaterais com os Estados Unidos da América. Cabem ainda, segundo o autor, as recomendações do Banco Mundial e a abertura do mercado brasileiro para fontes externas, assim como o início do processo de privatização de vários setores (Batista, 1994, p. 27).

Diniz e Bresser-Pereira (2007) realçam as modificações que aconteceram no cenário político e econômico no Brasil a partir de 1990, e elucidam as transformações ocorridas e seus motivos. Segundo os autores, de 1930 até 1980 o país viveu uma estratégia nacional de desenvolvimento liderada por uma fusão política de empresários industriais e a burocracia pública. Porém, a partir de 1980 este planejamento foi alvo de duras críticas de um projeto

---

<sup>17</sup> Grupos de economistas chilenos que formularam o plano econômico do governo de Augusto Pinochet, foram pioneiros no pensamento neoliberal na América Latina.

neoliberal já estabelecido nos EUA, que identificou no populismo econômico e na alta inflação os problemas de agenda política no Brasil (Diniz; Bresser-Pereira, 2007, p. 2). Houve no Brasil o que se pode chamar de “neoliberalismo subordinado”, com uma abertura comercial e financeira indiscriminada, pois o modo que foi implementado junto com as privatizações fizeram com que a crise monetária se agravasse, gerando também o fechamento de várias indústrias de setores relacionados (Mattoso, 1999, p. 34-35).

No setor energético até o final dos anos 1990, o modelo de administração era o ramo estatal na maioria dos países no mundo, esse modo estatal de administrar o setor foi mudando gradualmente após o Consenso de Washington. O Brasil possui uma grande capacidade de produção energética, onde é possível explorar grandes reformas e obras do setor privado. Tendo em vista que tais transformações fossem asseguradas, foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento um marco para a época, visto que indicava uma regularização no desmonte das empresas estatais em vários setores brasileiros, principalmente nas empresas do ramo energético (Gonçalves Jr., 2007, p. 2).

Este programa foi iniciado no Governo Collor de Mello (1990 – 1992) e primeiramente o programa previu a venda de empresas do setor industrial brasileiro; posteriormente, em uma segunda fase, foram privatizadas empresas estatais para empresas do setor privado. A administração do programa ficou a cargo do BNDES, tendo como órgão orientador o Conselho Nacional de Desestatização (CND), tal órgão era composto por ministros dos setores da economia e do planejamento (Proni; Lyrio, 2005, p. 141).

As privatizações necessitam de uma abertura do comércio, das produções e das finanças, acompanhadas por uma política econômica que tem por objetivo estabilizar os preços. Com esse planejamento, pode ocorrer um aumento no desenvolvimento econômico que se dá através da entrada de dinheiro especulativo, principalmente nos setores estratégicos que antes eram administrados pelo Estado. Esse processo pode ser visto como uma forma em que os ativos estatais são vendidos para gerar lucros para aqueles que os adquirirem. No caso brasileiro, isso foi realizado através de uma agenda privatizadora americana situada no Consenso de Washington unida ao neoliberalismo, que irá ser chamado por Harvey (2003) como “acumulação por espoliação”; esta abertura para capital externo junto das privatizações ocorreu

com o primeiro PDN. Em 1990, o então presidente Collor começou a implementar essas mudanças, o que ocorreu foi que os preços e a economia não estabilizaram, acarretando em perda do comando político, que resultou em seu impeachment em 1992. Após a saída de Collor, seu vice Itamar Franco assumiu o cargo, nomeando Fernando Henrique Cardoso (FHC) como seu ministro da Economia (Teles; Dias, 2022, p. 3).

O setor elétrico brasileiro foi inserido no PND em dois momentos distintos, primeiramente foram privatizados as distribuidoras do Sistema Eletrobras já em 1992, em posteriori, em 1995, foram incluídas as empresas de geração do Sistema Eletrobras, somente Itaipu e as usinas nucleares não foram adicionadas no programa. No país, a lógica da privatização seguiu um discurso de afastamento do setor público, principalmente na parte industrial, na qual o Estado era tido como o produtor; no caso do setor elétrico, se justificou que o Estado não tinha mais capacidade de financiar seus projetos, com a privatização do setor o objetivo era que isso aumentaria a eficiência e a competitividade através de uma reestruturação (Proni; Lyrio, 2005, p. 142).

Tal movimento de privatização foi utilizado como sendo necessário pois as empresas estaduais, que são responsáveis pela distribuição da energia, possuíam um histórico de atraso de pagamentos da energia comprada, assim as privatizações iriam proporcionar uma maior eficiência econômica. Tal lógica partia do princípio de que as empresas privadas iriam gerar uma expansão da capacidade de geração e distribuição, aumentando a qualidade dos serviços prestados para os consumidores (Proni; Lyrio, 2005, p. 145).

Em 1997 ocorreu o II PND, feito pela nova Lei de Desestatização nº 9.491, esta nova lei aumentou e aprimorou as maneiras e os mecanismos das privatizações no Brasil, incluindo também no âmbito das vendas as instituições dos estados que cuidavam da parte financeira do setor. Além disso, duas hidrelétricas foram vendidas, a de Santo Antônio e a de Jirau, totalizando um valor de R\$ 37, bilhões de reais (Teles; Dias, 2022, p. 4).

Além disso, as empresas que compraram as estatais, em sua maioria não utilizaram seu próprio capital, mas sim o dinheiro adquirido através de empréstimos com empresas de outros países. Tal objetivos econômicos atrelados ao capital internacional estão complementados por

uma visão de projeto neoliberal, no qual se consegue minar e controlar o controle estatal em setores estratégicos para o desenvolvimento do Brasil, principalmente em zonas mais periféricas (Biondi, 2003, p. 11). O impacto nas classes trabalhadoras após a privatização também foi visto, foram promovidas ondas de demissões voluntárias e também de aposentadorias. Os novos acionistas, visando a maximização do lucro, acabaram por diminuir os quadros efetivos de funcionários, colocando grande parte da classe trabalhadora à mercê da marginalização (Honorato, 2012, p. 153).

Também relevante é a contribuição de Bresser-Pereira; Diniz (2009), que faz um crítica ao modelo neoliberal planejado na agenda política dos governos brasileiros a partir de 1990, e também elucida sobre as mudanças a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva; há essa modificação de agenda e também do pensamento e desenvolvimento social e econômico. Após o fracasso do Plano Cruzado<sup>18</sup>, houve uma crise de ingovernabilidade, perante isso, abriu-se espaço para uma mudança fundamental na coalizão política dominante no Brasil.

O país, então, se direciona para uma nova reforma ministerial, a qual irá se render às diretrizes neoliberais e à política nelas inspiradas, privilegiando o setor financeiro em detrimento da indústria (Bresser-Pereira; Diniz, 2009, p. 85). Bresser-Pereira é contra a privatização da Eletrobras, em entrevista a Takar ele explicita a ideia de que “a privatização condena o Brasil a ser empregado dos países ricos” (Takar, 2017, n.p), mostrando o seu descontentamento com a privatização da empresa e de também outras 52 que estavam na lista.

Para Mendes (2012, p. 18), o modo como o Estado irá gerir a sociedade e a economia passa a ser questionado novamente, “para o neoliberalismo, o estado retira a liberdade dos indivíduos”. Conforme o autor, o neoliberalismo retoma o planejamento não só econômico, mas também político, fazendo uma remodelagem do liberalismo de forma contemporânea, explorando mais ainda a ampliação do livre mercado e de um estado mínimo.

---

<sup>18</sup> Plano anunciado em 28 de fevereiro de 1986 no Brasil, tinha como objetivo diminuir a inflação no país e introduzir o Cruzado como uma nova moeda (Averbug, 2005).

### 3.2 Os Discursos no Congresso Brasileiro a Propósito da Privatização da Eletrobras

Os debates na Câmara de Deputados no Congresso Nacional Brasileiro foram de caráter ideológico, tanto do lado da base governista, que defendia a privatização da Eletrobras, como pelo lado da oposição governista, que era contra a privatização e a favor da manutenção como estatal. Analisa-se alguns discursos promulgados em dois momentos distintos, primeiro o ocorrido na votação de privatização da Eletrobras, em 19 de maio de 2021, na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura – 53ª Sessão (Brasil, 2021a); e o segundo na na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura – 67ª Sessão, em 21 de junho de 2021 (Brasil, 2021b).

A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT) discursou como líder de bancada em que a mesma destacou que não era “pouca coisa” o que estava sendo votado pelos deputados, estavam discutindo a “a venda para a iniciativa privada da maior empresa de energia da América Latina” (Brasil, 2021a, p. 43). Além disso, a mesma comentou a respeito dos países que tiveram que reestatizar as suas empresas após privatizá-las e usou o exemplo da Inglaterra de Margaret Thatcher:

Quando as empresas têm problema, é para o crédito subsidiado que elas correm. E eu quero deixar aqui uma informação clara: o Reino Unido, da Margaret Thatcher, a referência no neoliberalismo, que desestatizou tudo, está estatizando as suas empresas, senão a sua economia não vai aguentar. (Brasil, 2021a, p. 44).

O deputado Bohn Gass (PT) enfatizou questões levantadas e debatidas neste trabalho, como a questão do interesse estratégico no desenvolvimento do Brasil e também o custo da energia para o consumidor em geral. Quanto a questões dos preços da energia, será mostrado mais a frente sobre o que o governo Lula está fazendo para manter os preços acessíveis:

O fato de a empresa ser pública faz com que ela tenha interesse estratégico no desenvolvimento do País, pense no custo menor para o consumidor. E é exatamente isso que vai deixar de acontecer se a ELETROBRAS for privatizada. Neste momento, o Governo Federal está privatizando empresas, adotando a lógica dos preços internacionais, e é isso que vai ser praticado pela empresa. A empresa que assumir a ELETROBRAS com a privatização vai disputar com seus concorrentes mundo afora. Ela não vai pensar no seu potencial de ter preços mais baixos para o povo brasileiro. (Brasil, 2021a, p. 46).

Além disso, nos debates foi constatado uma troca de acusações entre o deputado Glauber Braga (PSOL) e o Deputado Elmar Nascimento (DEM). O teor do debate entre os dois se deu ao fato de que houve matérias jornalísticas em que o deputado Elmar Nascimento foi acusado de jantar com empresário Carlos Suarez <sup>19</sup>. O teor do suposto jantar seria para que fosse adicionada uma emenda na lei de privatização da Eletrobras, obrigando o governo a antecipar a compra de energia de termelétricas, custo esse que seria de R\$20 bilhões de reais para a União (Di Cunto, 2021). Ocorre que Elmar Nascimento era o relator<sup>20</sup> da MP da privatização da Eletrobras, ou seja, é responsável pelas emendas no plenário da Câmara.

Ao discursar, o deputado Glauber acusou o deputado do DEM que sua relação com o empresário foi fundamental para que seu relatório final tivesse incluído o valor antecipado das termelétricas a gás, o que iria impactar na conta dos consumidores:

O senhor nega a relação que tem com Suárez, ex-OAS, e que ela foi fundamental para a modificação do seu relatório, incluindo termelétricas a gás, o que impacta na conta para os consumidores brasileiros, e que o senhor, inclusive, em reunião no último final de semana, assumiu o impacto de ampliação do preço da conta de energia elétrica previsto? O senhor vai ter a possibilidade de utilizar o microfone para responder. (Brasil, 2021a, p. 6).

O deputado Elmar se defendeu, dizendo que conhecia o empresário, sendo o mesmo um dos mais importantes e um dos maiores do Brasil, e confirmando que jantou com o mesmo em sua casa:

S.Exa. cita especificamente o empresário Carlos Suarez, a quem eu tenho como um homem de bem e um dos maiores empresários do Brasil. Eu vou negar que o conheço? Ou que ele é um empresário do setor? Vou negar que ele tenha interesse, como tantos outros? Agora, nunca recebi um benefício sequer dele, nem de quem quer que seja. Reunião em que eu o recebi, em jantar em minha casa, dessa semana pra cá, só houve uma. (Brasil, 2021a, p. 6-7).

Já o deputado Bibó Nunes (PSL), partido de Bolsonaro, defendeu a diminuição do Estado através da privatização da Eletrobras, e afirmou que a esquerda utiliza o Estado para

---

<sup>19</sup> Empresário ligado ao setor de gás natural e dono de várias empresas distribuidoras de gás. Mais informações em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/conheca-carlos-suarez-empresario-que-pode-estar-por-tras-das-desistencias-da-nova-cupula-da-petrobras-1-25462897>. Acesso em: 20 ago. 2024.

<sup>20</sup> “É o parlamentar designado pelo presidente da comissão para apresentar parecer sobre matéria de competência do colegiado”. Mais informações em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/relator>. Acesso em: 20 ago. 2024.

cabides de empregos e que isso agora acabou. Além disso, comentou sobre a subida das ações da Eletrobras durante o dia, manifestando que o mercado estaria aceitando a desestatização:

As cinco maiores ações cresceram hoje, com o mercado caindo 0,4%. As ações da ELETROBRAS estão entre as cinco que mais subiram, cerca de 4%. E, durante o dia, subiram mais de 5%. Isso quer dizer que o mercado aceita e é uma desestatização. Estaremos com uma capitalização, permitindo que quem já é acionista possa subscrever, inclusive, as ações da ELETROBRAS. (Brasil, 2021a, p. 27).

Como pode-se perceber, a discussão em plenário para a votação da Eletrobras teve um caráter ideológico. Além de conter acusações de corrupção, tal privatização foi uma marca na agenda governamental e também do Projeto Político Neoliberal brasileiro. Tal feito trouxe a tona discursos ideológicos e apontamentos de campos políticos distintos, como os que são a favor de uma desestatização do Brasil e, por outro lado, aqueles que são a favor de uma agenda de governo mais estatal.

Ao analisar os discursos que ocorreram na votação de 21 de junho, em que o Projeto de Lei retornou do Senado Federal para que as alterações propostas pelo mesmo fossem aprovadas ou negadas. Assim, a Câmara Federal votou novamente as alterações para que a lei seja aprovada definitivamente. Na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura – 67ª Sessão, em 21 de junho de 2021, os discursos ideológicos a favor e contra continuaram, com novos embates entre governo e oposição (Brasil, 2021b).

O deputado federal Bira do Pindaré (PSB) chamou o liberalismo brasileiro de fraco, sem serventia, e algo que torna ainda mais ricas as poucas famílias que controlam o Brasil:

O liberalismo praticado no Brasil é um liberalismo chinfrim, é algo que não serve para nada, só serve para enriquecer meia dúzia de famílias que controlam a economia neste País. É lamentável que cheguemos a esse ponto. É preciso conclamar este Parlamento, esta Casa, para derrotar esse projeto, que veio do Senado muito pior do que já era. Ponham a mão na consciência! Vamos garantir a virada necessária para que o Brasil possa respirar decência, possa respirar dignidade, que é o que falta para o povo brasileiro, que neste momento está sendo asfixiado em razão da pandemia e em razão da política que predomina neste Governo Bolsonaro. (Brasil, 2021b, p. 20).

Houve também discursos que remetem ao mercado como agente que autorregula o setor. O deputado federal Hildo Rocha (MDB) defendeu que se o governo brasileiro é liberal, que deixasse então o mercado ver o melhor caminho para as energias necessárias no Brasil:

Ora, se o Governo é liberal, por que não deixa o mercado mesmo ver qual é o melhor caminho para instalar as energias que são necessárias para o povo brasileiro? Há reserva de energia. Por que não a energia solar, que existe em abundância em Alagoas, no Nordeste todo? O Nordeste é rico, como é rico em vento. No Maranhão mesmo, existe usina eólica que poderia ser utilizada, e outras mais poderiam ser instaladas para gerar emprego e aumentar a riqueza. Por isso, o MDB continua em obstrução. (Brasil, 2021b, p. 53).

Houve também preocupação com relação a retirada de Itaipu Binacional<sup>21</sup> e da Eletronuclear<sup>22</sup> do texto da privatização, o argumento foi que isso iria contra a soberania nacional. Nessa parte, tanto oposição como governo foram a favor da retirada do texto. Foi o que o deputado federal Sanderson (PSL) colocou em questão, que era a favor da retirada dessas usinas do texto de privatização, e também era a favor da privatização ou capitalização da Eletrobras:

[...] a retirada, por exemplo, da Itaipu Binacional, como também da ELETRONUCLEAR, garantindo a soberania nacional, garantindo a segurança nacional, de modo que nós estamos muito tranquilos em votar hoje aqui a capitalização da ELETROBRAS, porque quem precisa dessa iniciativa e quem a merece é sua excelência o povo brasileiro. (Brasil, 2021b, p. 35-36).

Assim, ao analisar as duas sessões que ocorreram dentro da Câmara dos Deputados Federais em Brasília, é possível perceber o enfrentamento ideológico presente na privatização da Eletrobras.

### 3.3 A Nova Configuração da Eletrobras

Após a sua privatização, surgiram diversas denúncias de interferências de empresas e atores na montagem da direção da Eletrobras, uma dessas denúncias foi a reportagem da Folha de São Paulo, de 12 de junho de 2023, através de um áudio vazado de uma reunião da cúpula da empresa. Neste áudio, pode-se perceber que a 3G Radar, empresa que possui somente 0,05% das ações ordinárias que dão direito ao voto, tem força suficiente em ocupar e indicar posições no conselho de administração da Eletrobras, esse setor é responsável por definir a diretoria e também traçar estratégias no país (Salomão, 2023). Tais foram gravados em uma reunião

---

<sup>21</sup> É uma barragem hidroelétrica no rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai, Disponível em : <https://www.itaipu.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

<sup>22</sup> A empresa foi criada em 1997, tem o objetivo de operar e construir usinas termonucleares no Brasil, administra atualmente, Angra 1, 2 e 3. Disponível em: <https://www.eletronuclear.gov.br/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 20 ago. 2024.

realizada em janeiro de 2023, nela, os “conselheiros Vicente Falconi, Felipe Vilela e Ivan Monteiro contam como foram convidados para a empresa pelo sócio da 3G Radar, Pedro Batista de Lima Filho, que também se tornou ele próprio seu conselheiro” (Protesto..., 2023, n.p). Assim, dos nove conselheiros que a Eletrobras possui, três afirmaram que foram indicados aos seus cargos por Pedro Batista de Lima Filho, que também ocupa um lugar no conselho. Defensor das privatizações, no governo de Michel Temer já participava dos planejamentos e estudos que avaliavam a venda da estatal, a 3G Radar produziu análises sobre o assunto (Áudio..., 2023). Há a possibilidade de relacionar o ocorrido com a consolidação do neoliberalismo, que Harvey (2004) descreve sendo por meio da reforma do Estado, em que a elite interna da nação possui um interesse em manter o neoliberalismo através de uma “matriz política, que nesta fase do imperialismo satisfaz os interesses de classe do bloco no poder dentro de cada estado” (Harvey, 2004, p. 150).

O modo em que a privatização da Eletrobras foi realizado se deu através da concessão de 22 hidroelétricas por mais de 30 anos, a chamada descolonização. Em suma, isso significa que a empresa se capitalizaria através da venda de novas ações, assim, pagaria um bônus de 26,5 bilhões para ter o direito de vender energia. A União teve sua participação na empresa reduzida para menos de 50% das ações com direito a voto. O fato do governo passar de 72% para 43% das ações, fez com que a empresa fosse considerada privatizada pelo mercado, o Estado deixou de ser o acionista majoritário, passando ao controle de várias empresas (Chaves, 2023).

O grande problema é que com esse elevado percentual de ações mesmo sem ter o total controle da Eletrobras, um governo com uma agenda mais “estatal” poderia exercer uma influência considerável dentro da empresa, por isso na Lei de Privatização da Eletrobras de nº 14.182/2021, em seu artigo 3º, tem a seguinte definição: “Artigo 3º: a) vedar que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em número superior a 10% (dez por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras” (Brasil, 2021). Assim, a lei de privatização já foi feita com a intenção de que qualquer acionista pudesse ter no máximo 10% do poder de voto, isso independente do percentual de ações que possuir da empresa, uma manobra que tem como objetivo claro deixar o governo de fora dos rumos centrais da empresa.

Tais vazamentos e apontamentos geraram revoltas nas redes sociais de alguns parlamentares, foi o caso do deputado federal Alencar Santana (PT-SP). O mesmo publicou no antigo Twitter, no dia 14 junho de 2023, que a gravação da reunião interna da Eletrobras deixa claro a interferência do grupo 3G de Lemann: “a Eletrobras foi privatizada de graça e deu poderes aos minoritários da 3G Radar de Lemann, os mesmos que quebraram as Americanas e a Light”, o deputado ainda chamou o processo de privatização da Eletrobras de “EletroGolpe”<sup>23</sup>. Se analisar a agenda de governo do Ministério de Minas e Energias do ano de 2022, percebe-se que o então ministro Adolfo Sachsida teve reunião com Pedro Batista – 3G Radar em 15 de junho de 2022, tal reunião aconteceu um dia após o ato de capitalização da Eletrobras na bolsa de valores de São Paulo, o que confirma as ligações entre a empresa e Pedro Batista com o governo Bolsonaro<sup>24</sup>.

Assim fica evidente a estratégia da empresa para deter o Conselho de Administração da Eletrobras, tal conselho define a diretoria, os planos e investimentos a serem seguidos, e claro, a distribuição de dividendos. A empresa 3g Radar, mesmo com uma minoria de ações, detém 10% das ações preferenciais, aquelas que têm prioridade no recebimento de dividendos. Esse valor deixa a empresa como maior acionista preferencial da Eletrobras, à frente do BNDES que possui cerca de 6,52% de ações preferenciais (Associação..., 2023). Isso vai de acordo com o pensamento do professor e especialista nos estudos da Eletrobras, Denis Castilho, que afirma em sua entrevista para o presente estudo:

*A condição do atraso, enquanto estávamos debatendo assunto muito fracos, como temas inoperantes (banheiro unissex), a 3g estava articulando quem iria fazer parte da bancada da empresa para aprovar dinâmicas da empresa. A pressão veio de outras empresas, mas principalmente da 3G, pressão em cima do Paulo Guedes, os acionistas mandavam no Paulo Guedes, seus principais objetivos eram a descotização da Eletrobras.*

Jorge Paulo Lemann, fundador e sócio da 3G Capital, é considerado o homem mais rico do Brasil e atualmente consta como o 108º mais rico do mundo, possuindo uma fortuna avaliada em 15 bilhões de dólares. É formado em economia em Harvard, e possui dupla nacionalidade, tanto brasileira quanto suíça, fez sua fortuna no mercado de ações, em que também possui

<sup>23</sup> Disponível em: <https://x.com/AlencarBraga13/status/1668332838595465216>. Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/agendas-de-autoridades/ministro-adolfo-sachsida/2022-06-14>. Acesso em: 20 jun. 2024.

parcela da empresa Burger King. Outro sócio da 3g Capital é Marcel Hermann Telles, 2º homem mais rico do Brasil (Catto, 2023).

Em setembro de 2023, a empresa indicou o nome de Eduardo Haiama para ser o seu vice-presidente financeiro, o que gerou desconforto e críticas do ministro de Minas e Energia do governo de Lula da Silva, Alexandre Silveira. “Eu fui, mais uma vez, surpreendido pela imprensa com a mudança da diretora, é uma demonstração de que as críticas que tenho feito sobre a relação da Eletrobras com o governo federal [após a privatização], são oportunas e tem fundamento” (Eletrobras, 2023a, n.p). A empresa, apesar de deter somente 1,5% de ações da Eletrobras, indicou também outros nomes para o Conselho da empresa, a união que detém mais de 40% das ações sequer conseguiu indicar pelo menos um nome ao Conselho de Administração da empresa (Eletrobras, 2023a).

Outro bilionário que busca uma posição de controle dentro da empresa é José João Abdalla Filho, o Juca Abdalla, o mesmo é apontado pela revista forbes como o 18º homem mais rico do Brasil, detendo 5% de ações da Eletrobras, valor que detinha antes da privatização da mesma. Para ter uma noção do valor que isso representa, quando o ex-presidente Michel Temer anunciou que tinha um projeto para privatizar a Eletrobras, Abdalla lucrou cerca de 1 bilhão de reais só com a valorização das ações dos 5% que possuía. Após esse acontecimento, o TCU pediu a lista dos acionistas da empresa para investigar suposto vazamento de informações privilegiadas com o intuito de beneficiar alguns investidores. O que realçou essa investigação, é que Michel Temer é amigo do primo de Abdalla, Antonio Abdalla, tendo o mesmo estado presente na cerimônia de posse de Michel Temer após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (Konchinski, 2022).

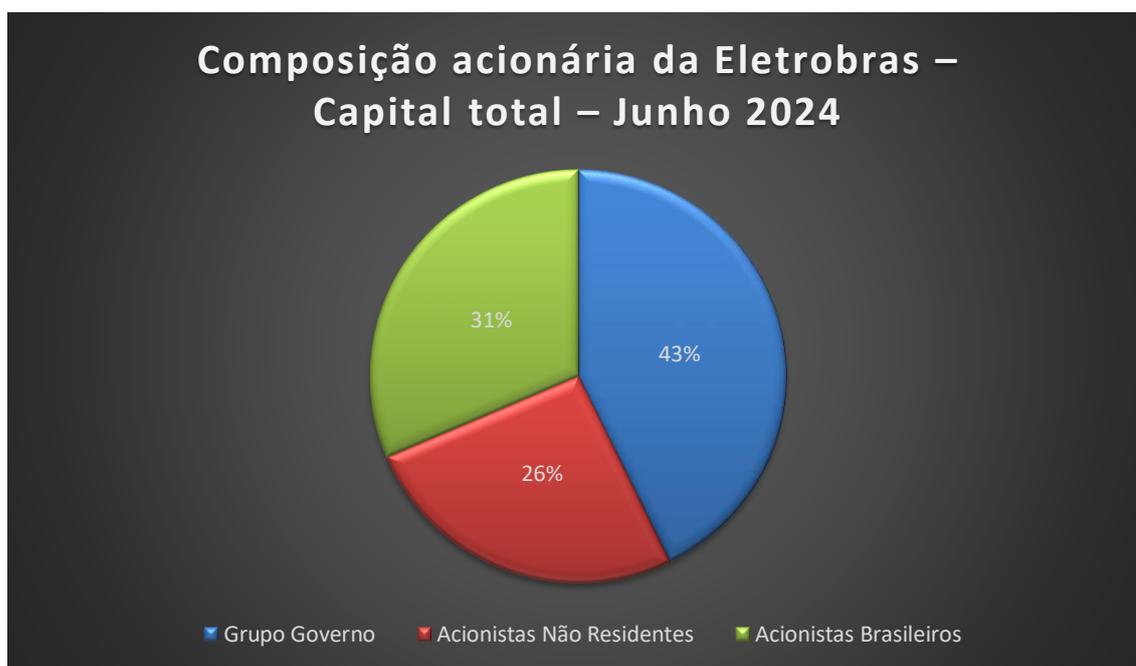
Boito Júnior (1999) ressalta que o neoliberalismo no Brasil com a política de privatização, acaba por favorecer uma fração da burguesia brasileira, assim como o capital monopolista e a marginalização do médio e pequeno capital. A privatização de empresas públicas têm ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, industrial e da construção civil, tal setor acaba comprando por um valor irrisório as estatais brasileiras (Boito Jr., 1999, p. 51).

Ao analisar-se a cerimônia de capitalização e abertura de vendas de ações na bolsa de valores de São Paulo, pode-se perceber a presença do então presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia., Paulo Guedes, além de Adolfo Sachsida, tal representatividade demonstra que a privatização da Eletrobras é uma agenda de governo. A presença desses políticos mostra como o evento foi valorizado por eles próprios. Isso demonstra o viés neoliberal do governo Bolsonaro, ainda segundo a matéria do governo, os motivos que levaram a privatização da empresa foram que uma vez “capitalizada, a Eletrobras poderá retomar sua capacidade de investimento, já que ela vem investindo abaixo do necessário, diminuindo a sua participação no mercado”. Além disso, justificaram também que “a volta da Eletrobras a leilões aumentará a disputa, reforçará a competição no setor e, conseqüentemente, beneficiará os cidadãos” (Cerimônia..., 2022, n.p).

Por conta de tudo isso, é perceptível a atenção de alguns grupos financeiros nas ações da Eletrobras, como o Government of Singapore Investment Corporation (GIC) (também conhecido como Fundo Soberano de Cingapura) e o Fundo de Investimento Canadense (CPPIB). Também surgem como acionistas bancos como o BTG Pactual, Bank of America, Bradesco, etc (Castilho, 2022, p. 516). Assim, o poder público acaba por transformar-se em uma gestão de ativos, em que se obtém recursos reais de uma economia que acabam sendo transferidos para a área especulativa, ao tirar o controle regulatório de órgãos sérios, percebe-se uma instabilidade econômica que não traz benefícios para a sociedade.

Ao analisar-se o Gráfico 3 e o Quadro 1, a seguir, percebe-se que isso não se sustenta, visto que os investimentos caíram drasticamente após a entrada de uma agenda neoliberal e privatizante a partir do governo de Michel Temer, ainda em 2016; tal diminuição foi mantida no governo Bolsonaro. A respeito dos benefícios aos cidadãos, também não se faz verídico, visto que a conta de luz aumentou, ao ponto do governo posterior, o governo Lula, ter que fazer leis para tentar diminuir o custo para a população brasileira.

**Gráfico 3 – Composição Acionária da Eletrobras**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Eletrobras (2024a).

**Quadro 1 – Composição Acionária da Eletrobras – Capital total – Agosto 2024**

<b>Capital Social Total</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>%</b>
Grupo Governo	985.569.582	42,72%
ADR (Ações ON e PN)	53.826.666	2,33%
Acionistas não Residentes	671.012.085	29,08%
FMP – FGTS Eletrobras	97.842.794	4,24%
Demais pessoas físicas e jurídicas	442.336.598	19,17%
Ações em Tesouraria	56.512.087	2,45%
<b>Total</b>	<b>2.307.099.812</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Eletrobras (2024a).

É possível perceber com o Gráfico 3 e o Quadro 1, acima, de que somando a parte do grupo do governo que é composta pelos acionistas União Federal, BNDES/BNDESPAR, FND, FGHAB, Banco do Nordeste, BB DTVM, Caixa DTVM, Petros e Previ, com os acionistas brasileiros, se tem uma maioria de 54% da empresa em que os acionistas são residentes no Brasil. Isso acaba criando um problema, identificado por Martini (2012), por um lado se tem os acionistas que querem o lucro e resultado, do outro, a regulação do Estado que permite a venda do setor, mas quer uma tarifa mais cômoda, às vezes mais baixa.

No entanto, ao se reduzir o preço da luz, o lucro também será diminuído, se subir o preço ele acaba não se tornando mais viável para a população. Para Martini (2012, p. 180), a conclusão que se tem nesse tipo de contrato é que terá que se viver entre a exigência da sociedade e a “imposição” do privado e do lucrativo. A onda crescente do controle privado do setor elétrico acaba por realçar o pensamento que vem a tratar a energia elétrica não mais como um serviço essencial e público, e também de total importância para o desenvolvimento do país, mas sim como mais uma mercadoria ou “commodity” (Martini, 2012).

Além disso, há também um outro problema identificado por Werner (2019), essas desnacionalizações ocorridas através de privatizações que acontecem dentro do setor elétrico brasileiro, acabam por gerar questões relativas à segurança energética e o controle de um setor estratégico que garante uma competitividade na economia. Ao transferir as dinâmicas e planejamentos para um órgão ou vários órgãos privados, substituindo o modelo de planejamento estatal por um baseado em uma estrutura de mercado que visa a concorrência, o setor pode acabar gerando problemas de produção básicas para as atividades econômicas. Assim como de qualidade de vida da população, visto que o objetivo é perpetuar ou aumentar a lucratividade dentro do escopo sem, na maioria das vezes, possuir implementações de políticas públicas de desenvolvimento (Werner, 2019, p. 174).

Após a privatização da Eletrobras foi permitido que trabalhadores pudessem utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de ações da empresa, porém, após a privatização quem investiu nessas ações acabou por perder dinheiro, ao total foram mais de 1 bilhão de reais perdidos, fazendo com que muitos acionistas migrassem para ações de outras empresas. Cerca de 370 mil brasileiros compraram ações com o dinheiro do FGTS,

destinando aos cofres da empresa cerca de 6 bilhões de reais. Os valores das ações começaram a ser vendidos por R\$ 42, despencando para R\$ 35 (Lewgoy; Torres, 2023).

Também há a intenção da Eletrobras em diminuir salários e demitir em massa trabalhadores da empresa, a nova administração tenta firmar um novo acordo coletivo para que possa reduzir os salários em 12,5%, além de que as demissões possam ser feitas sem Plano de Demissão Voluntária (PDV), prática que traz benefícios a quem fizer a opção de deixar a empresa. O acordo em vigor diz que as dispensas em grande número só podem ocorrer se tiverem um plano, ou oferta de desligamento voluntário. O presidente da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU) comentou: “Estão querendo retirar benefícios previdenciários e de plano de saúde. Sem contar que mais de 4 mil trabalhadores já foram demitidos”, tais investidas da empresa só mostram o caráter neoliberal das ações que visam diminuir o efetivo da empresa (Souza, 2024, n.p). Tal ação vai ao encontro com o que Harvey (2005) fala a respeito de que algumas empresas privatizadas induzem ao desemprego, criando, ainda, “diretamente um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados” (Harvey, 2005, p. 118), tal medida visa pressionar as taxas sobre os salários, abrindo novos lucros de capital sobre o emprego.

Além disso, diversos apagões colocaram em dúvida as privatizações ocorridas no governo Bolsonaro. Um desses apagões ocorreu em um feriado em São Paulo capital, cerca de 2,5 milhões de pessoas ficaram sem luz, o prazo que foi dado pela concessionária para que fosse reativada a luz não foi cumprido, ocorrem protestos nas ruas e um policial acabou por ficar ferido (Sfredo, 2023). Tais ocorridos começaram a fazer com que grupos políticos no congresso brasileiro se articulassem para que a Eletrobras fosse estatizada. Aqui cabe citar Harvey (2004, p. 110) que lembra que a transferência de ativos públicos para empresas privadas constitui um modo de cercar os bens comuns, ou seja, o Estado acaba sendo utilizado como o agente que força essa modificação sem que haja um debate público, e também contra a vontade da sociedade.

### 3.4 O Governo Lula e as Medidas para Tentar Reestatizar a Eletrobras

Pensando em reverter esse cenário de aumento da conta de energia, o governo Lula encaminhou uma medida provisória para o congresso que tem por objetivo frear esse aumento. O mercado recebeu com desconfiança a proposta, pois acha que o governo irá falhar em baratear a conta de luz, fazendo com que gere um clima de incerteza no setor nos próximos anos (Napoli, 2024).

A Medida Provisória nº 1212/2024 quer antecipar os recursos disponíveis da privatização da Eletrobras para conseguir pagar dívidas das distribuidoras de energia que ocorreram na pandemia de Covid em 2022. A medida prevê como meta a redução em até 3,5% da conta final de luz ao consumidor, a medida já recebeu 175 emendas até o mês de junho de 2024, ficando para ser votada dentro de 190 dias desde a data de sua publicação, se não perderá o valor jurídico e deixará de ter validade. Além disso, através do voto on-line a MP teve 371 votos a favor e 14 contra, mostrando que a maioria votante é a favor da continuação da medida (Brasil, 2024).

Outra ação do governo foi a criação da Frente Parlamentar de Reestatização da Eletrobras, coordenada pelo deputado federal Alencar Santa (PT), em março de 2023 através do requerimento nº 1337/2023<sup>25</sup>. O objetivo dessa ação é o de criar um debate sobre o assunto além de unir parlamentares em um conjunto de ideias sobre a reestatização da empresa. Em seu Artigo 2º estabelece :

Art. 2º - São finalidades da FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA REESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: I. Manter e consolidar ação conjunta e suprapartidária em benefício de políticas voltadas para os interesses da defesa da reestatização da Eletrobras e retomada da soberania energética do Estado Brasileiro; (Brasil, 2023, p. 1).

Mostrando assim que existe uma união política dentro do congresso brasileiro que tem como objetivo a reestatização da Eletrobras, mesmo que seja momentâneo ou que tenha como objetivo lançar um discurso nacional que ajude a reverter a privatização da mesma. Tal pensamento fica mais claro no Artigo VI, que diz: “VI. Defender a reestatização da Eletrobras

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2358676>. Acesso em: 20 ago. 2024.

e sua manutenção como empresa pública de geração e transmissão e comercialização de energia” (Brasil, 2023, p. 1).

De toda a energia elétrica produzida no Brasil, 29% se refere ao consumo residencial, isso significa que qualquer aumento ou mudanças bruscas de preços irá afetar cerca de 30% do país diretamente. Os processos que são feitos até a chegada da energia na casa dos residentes são longos e precisam de planejamento central, ou seja, é complexo e envolve uma série de medidas políticas e econômicas. Por isso é essencial que as tarifas de consumo energético sejam acessíveis para a população brasileira, principalmente para os de baixa renda, que são os que mais sofrem com as alterações de subidas e descidas dos preços finais da energia (Silva; Zanelatto, 2023, p. 350).

Além disso, dentro da MP nº 1212/2024 o deputado federal Bohn Gass (PT), adicionou uma emenda para tentar reiterar o poder de votação do Governo dentro da Eletrobras, a União possui somente um assento dos nove no colegiado da empresa, mesmo tendo cerca de 42% das ações. A justificativa da emenda é de que a empresa ficou prejudicada obtendo uma maioria das ações, mas possuindo somente 10% do poder de voto. A MP ainda tenta a alteração de outros dispositivos, como mostrado abaixo:

III - alteração do estatuto social da Eletrobras para: a) vedar que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em número superior a 10% (dez por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras; b) vedar a realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com número de votos inferior ao limite de que trata a alínea a deste inciso; (Brasil, 2024).

Em 10 de junho de 2024, a mesa diretora do Congresso Nacional estendeu por mais 60 dias o prazo para a deliberação da votação da MP nº 1212.

#### **4 Considerações finais**

Esta dissertação teve como objetivo compreender de que forma as reconfigurações na economia política recente do Brasil redesenharam as dinâmicas governativas e o debate sobre as funções do estado. A pergunta de partida que orientou esta pesquisa foi: qual o significado da privatização da Eletrobras para o Projeto Neoliberal no Brasil?. E como objetivos específicos, apresentou-se: 1) Compreender o papel do Projeto Político Neoliberal brasileiro no governo de Jair Bolsonaro. 2) Analisar as dinâmicas da privatização da Eletrobras, nomeadamente as relações entre o setor público e o setor privado. 3) Avaliar o impacto da privatização da Eletrobras sobre o papel do Estado no setor econômico em causa.

Percebeu-se que o Brasil passou praticamente por duas fases de privatização da Eletrobras e do setor elétrico do país, a primeira ocorrida na década de 90 e que vendeu algumas hidroelétricas e liberou a privatização de estatais energéticas pelo país. A segunda, ocorrida a partir do governo Temer e perpetuada no governo Bolsonaro, que através de seu Ministério da Economia colocou em prática um Projeto Neoliberal brasileiro, que foi resgatado aos moldes das privatizações dos anos 90, porém, sob ótica diferente.

Nos anos 90 a justificativa e objetivos eram sempre observados sob a ótica do Consenso de Washington, que visava seguir as diretrizes americanas e sua influência na América do Sul. Porém, o resgate desse Projeto Político Neoliberal, ocorrido de 2016 até 2022, possui características diferentes. Uma delas tem a ver com os atores envolvidos na privatização da Eletrobras, seus acionistas, e também os partidos e deputados que a defenderam.

De fato, ao analisar-se o período de estudo, identificou-se que o caso da privatização da Eletrobras não surge como uma pressão externa, como evidenciado nos anos 90, e sim por desejos de uma agenda governamental neoliberal e também por parte da elite financeira brasileira. Em primeiro lugar, o governo Bolsonaro beneficiou com a privatização da Eletrobras o setor bancário, abrindo mão do controle central de um setor estrategicamente essencial para o desenvolvimento de qualquer país. O setor bancário acabou ficando com a maior parte das ações, inclusive com o direito de preferência no pagamento de dividendos frente a União,

mesmo essa tendo uma fatia maior de ações do que o restante como apontado no capítulo três desta dissertação, realçando, assim, o caráter de um Projeto Político Neoliberal com característica de acumulação por espoliação. A condição de vulnerabilidade econômica que o Brasil vive fica mais evidente nos acordos prestados e no modo em que a privatização da Eletrobras foi feita no país.

Ademais, o lado trabalhista da empresa foi impactado com demissões e tentativas de acordos para diminuição de salários, isso faz parte do neoliberalismo, quando o mesmo apresenta características que passam pela desregulamentação do mercado de trabalho, além de privatizações e também da desregulamentação financeira, ficando os direitos trabalhistas de fora dos objetivos. Ao analisar a fase de privatização do anos 90, e após o resgate do Projeto Político Neoliberal de privatização ocorrido no governo Bolsonaro, percebeu-se que houve um avanço nos setores estratégicos que foram privatizados, como no caso do energético.

A privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica gerou críticas e insatisfações, muito se deve porque as empresas desse setor acabam prestando um serviço que é diretamente ligado à população. Assim, a privatização no Brasil ampliou o seu espectro de setores menos perceptíveis para áreas em que a resistência foi e pode ser bem maior, pois acabam envolvendo prestações essenciais para a população, além disso, também há a incursão em setores que são vitais para a soberania nacional brasileira. Dessa maneira, constatou-se que houve um avanço em comparação com as privatizações ocorridas na década de 90, angariando setores mais sensíveis e que ligam direto a população brasileira com as empresas, o caso da Eletrobras é um exemplo disso.

Ao longo da dissertação compreendeu-se que desde a década de 90 o setor de energia do Brasil foi orientado por princípios neoliberais, a diferença fundamental deste neoliberalismo para o liberalismo clássico diz respeito às privatizações. Ambos os lados defendem que o mercado deve ser preservado e ser livre de toda intervenção estatal possível, no caso específico de estudo, o neoliberalismo surge para criar um mercado onde ele ainda não existe. Por isso que as privatizações avançaram em outros setores sem ser somente no que abrange a área energética, isso se deve ao desenvolvimento do próprio capitalismo, o Brasil, no governo de Bolsonaro, precisou expandir o seu capital que havia sido iniciado nos anos 90. Para fazer isso, os grandes

empresários brasileiros necessitam abranger seus acúmulos de capital em outros setores que não foram abrangidos anteriormente, principalmente de uma agenda governamental neoliberal, assim, os detentores do capital buscaram novos lugares para expandir.

No caso do serviço específico de energia, ele é visado pois o Brasil ainda não é um país industrializado, dessa maneira, a elite brasileira procura setores em que o Estado já construiu tudo o que era preciso para que o capital seja aplicado rapidamente, surtindo, assim, um retorno mais rápido de lucro do que se fosse aplicado em um setor ainda em planejamento e que demanda construir e iniciar instalações apropriadas. Com tudo isso, aquilo que era para ser um direito do cidadão brasileiro acaba por virar mercadoria, ocasionando a queda da qualidade do serviço. Isso passa pela diminuição do quadro de funcionários, por parte do investimento da empresa que acabou caindo bruscamente, além de proporcionar demissões em larga escala ou a tentativa da diminuição dos salários pagos aos empregados do setor, acarretando em um péssimo retorno aos envolvidos em toda a interlocução da energia brasileira.

Assim, pode-se responder à pergunta de partida, referindo que a privatização da Eletrobras é uma manifestação concreta do retorno do Projeto Político Neoliberal brasileiro, promovendo a diminuição do Estado no setor e também criando um novo mercado onde deveria existir somente direito a todo cidadão. A privatização da empresa significa uma guinada em direção aos princípios neoliberais no Brasil, marcado por um debate político constante, severamente valorizada pelo governo Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes que fizeram questão de estarem presentes no lançamento das ações da Eletrobras no mercado de ações.

O papel do Projeto Político Neoliberal no governo de Bolsonaro é um assunto essencial para compreender as mudanças ocorridas na estrutura estatal brasileira. Durante o seu governo (2019-2022), o planejamento de uma agenda de governo neoliberal foi o foco central na política econômica no Brasil. Tal agenda foi delimitada com o objetivo de promover a redução do Estado no setor energético brasileiro através da privatização da Eletrobras, expandindo o mercado privado no setor. Assim, a influência do presidente e de seus ministros da Economia e de Minas e Energias acarretaram em um papel fundamental na concretização do Projeto Político Neoliberal.

O setor econômico em causa sofreu um impacto intenso, primeiramente no que diz respeito ao montante de capital que é reinvestido na empresa durante o período estudado, mostrando que a empresa que atende grande demanda energética no país, teve seus investimentos no setor deliberadamente cortados para a preparar para uma privatização. Além disso, o preço da energia de modo geral subiu ao ponto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva enviar uma MP, mostrada anteriormente, com o objetivo de antecipar os recursos disponíveis na Eletrobras. Tal medida se viu como necessária para manter o preço da energia estável para o consumidor final. Também a relação de novos investimentos e estudos no setor fica comprometida pelo fato de que a administração atual da empresa e seus acionistas buscam a lucratividade através da volatilidade de vendas e compras de ações, e não através da expansão de um setor vital para o cotidiano do país, assim como a sua soberania nacional. Dessa forma, o debate em torno das funções do Estado foi pautado por aqueles que apoiam a diminuição da sua influência em cima de um pensamento no qual a interferência estatal não é mais suficiente ou eficiente na manutenção do setor energético brasileiro. Ocorreu, assim, a entrada de novos atores que envolveram partidos políticos, banqueiros e empresas que atuam em vários setores do país, reconfigurando as dinâmicas governativas e o debate sobre isso.

Foi possível perceber que o Estado brasileiro foi o desenvolvedor do setor elétrico no início dos anos 30 até meados dos anos 90, o desafio nesta época, no que tange às empresas privadas, era de que as mesmas não tinham como expandir e construir condições favoráveis que acompanhassem o ritmo de crescimento do brasileiro. Após uma primeira onda de privatizações nos anos 90, baseadas nas orientações neoliberais, o Brasil voltou a aumentar as participações no setor a partir do final do governo Temer e durante todo o governo de Bolsonaro.

A venda da Eletrobras é o símbolo da dinâmica governativa neoliberal no país, em que fizeram com que a empresa repassasse seu capital para um grupo seleto de investidores que já eram conhecidos dos políticos no Brasil. Além disso, usaram da máquina pública para investir em propagandas e também estudos que colaborassem a favor da vendas de seus ativos, ignorando o discurso público que não era favorável ao repasse do controle da empresa para o setor privado. O modo acumulador do capitalismo atual, tendo a privatização como um dos mais importantes motores de acumulação por espoliação, é o principal aspecto a ser estudado e por isso se insere totalmente dentro da privatização da Eletrobras. O modelo neoliberal foi

restabelecido e a privatização da empresa ressalta esse aspecto por envolver agentes públicos importantes como ministros e presidentes, assim como a elite financeira do Brasil.

### Principais Contribuições e Limitações da Pesquisa

A principal contribuição da dissertação de mestrado consistiu no caso de estudo da privatização da Eletrobras através da lente teórica de David Harvey, permitindo analisar as leis que a privatizaram, as votações, os discursos em plenário dos deputados federais de vários campos políticos. Também mostrou-se os atores envolvidos nesse processo, como banqueiros e líderes partidários que estiveram diretamente ativos e participativos na privatização da empresa.

As limitações apresentadas durante a dissertação se basearam em dois aspectos principais, primeiro a dificuldade de conseguir entrevistar algum deputado federal que votou na privatização da Eletrobras, tanto daqueles a favor, como os contrários. Em contatos realizados via email e whatsapp muitos responderam negativamente e outros não possuíam tempo viável em suas agendas, por se tratar do ano de 2024, um período eleitoral, os deputados acabam por viajar demasiadamente e delimitam as suas atenções a seus redutos eleitorais.

Se tinha o planejamento de entrevistar o deputado Paulo Pimenta (PT) porém o mesmo acabou se tornando ministro de Estado, e com o acontecimento das inundações no Estado do Rio Grande do Sul, em 2024, ficou como responsável pela distribuição das verbas de reconstrução do Estado, inviabilizando a entrevista. Também era planejada a entrevista com o autor Bresser-Pereira, economista e escritor sobre o economia política e neoliberalismo no Brasil, em contato com a sua equipe, informou-se que ele não poderia conduzir mais entrevistas.

O segundo aspecto foi o limitado número de autores que dediquem estudos especificamente à privatização da Eletrobras. A grande maioria dos trabalhos acadêmicos se dedica em abordar temas das privatizações do setor energético de matriz regional ou estadual, acabando por não abranger de maneira mais expansiva a Eletrobras diretamente. Muitos materiais falam sobre empresas regionais que foram privatizadas a partir da privatização da Eletrobras, mas quase sempre abordando a empresa de maneira mais abrangente.

Avancei na contribuição do discurso teórico crítico sobre o neoliberalismo de David Harvey. A partir dessas análises foi possível perceber que o principal meio de implantação do modelo neoliberal a partir dos anos 1970, foi o das privatizações de empresas e locais públicos. Tal medida foi sendo necessária pois o capital acumulado precisava ser deslocado para novas áreas que antes não eram atingidas pelas privatizações, como o setor energético em questão. Harvey (2005) também irá definir essa forma como sendo o braço armado do neoliberalismo, cunhando o termo acumulação por espoliação, prática essa que acaba concentrando recursos em poucas pessoas através de espoliações e privatizações.

Fica evidente que a privatização da Eletrobras é um caso de acumulação por espoliação efetivada através do expurgo do bem público que ficou refém de determinados empresários que nunca foram do ramo energético, e que além disso, possuem um número reduzido de ações frente a União, mas acabam detendo a prioridade no recebimento dos lucros. Os resultados dessas ações sem um debate com a sociedade são, como lembra Harvey, a diminuição dos espaços públicos e o aumento da concentração de renda para os mais ricos.

De fato, no decorrer da dissertação foi percebido que o melhor enquadramento teórico seria o de David Harvey e não o de Stephen Gill, como planejado inicialmente, isso se deve ao fato de que a crítica de Harvey contribui para explicar a privatização da Eletrobras através da ação de atores internos poderosos; enquanto que o Neoliberalismo Disciplinar presente em Gill discorre mais sobre forças externas privatizando empresas e setores de outros países, forçadamente através do Neoconstitucionalismo.

### Pesquisas Futuras

Acredita-se que em estudos futuros seja possível explorar privatizações de outras empresas públicas brasileiras, mesmo de outros setores que não sejam o do aspecto energético, como, por exemplo, a privatização do Aeroporto Senador Salgado Filho em Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). Tal pesquisa seguiria a linha teórica e política estudada nesta dissertação e englobaria um aspecto mais regional. Também há por ver o papel dos tribunais brasileiros nas privatizações e suas relações com as entidades públicas e privadas, salientando as pressões externas que sofrem na condução de suas normativas e prerrogativas nas privatizações de

empresas estatais. Salientando como reagem quando acionados por setores da sociedade civil e também por políticos.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. A ANEEL. Ministério de Minas e Energia; **Aneel**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/a-aneel>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Robson Braga de. Privatizar a Eletrobras é fundamental. **Portal da Indústria**, 2018. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/privatizar-a-eletobras-e-fundamental/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO de Empregados da Eletrobras teme que 3G Radar prejudique ex-estatal. **IstoÉ Dinheiro**, 2023. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/associacao-de-empregados-da-eletobras-teme-que-3g-radar-prejudique-ex-estatal/#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20privatiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Eletrobras,%2C52%25%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20preferenciais>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ÁUDIO mostra trama dos minoritários Lemann, Telles e Sicupira para “empalmar” Eletrobras. **Hora do Povo**, 2023. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/audio-mostra-trama-dos-minoritarios-lemann-telles-e-sicupira-para-empalmar-eletobras/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

AUGUSTIN, André Coutinho. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. *In*: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

AVERBUG, Marcello. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 211-240, dez. 2005. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11943/1/RB%2024%20Plano%20Cruzado\\_Cr%C3%B4nica%20de%20uma%20Experi%C3%Aancia\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11943/1/RB%2024%20Plano%20Cruzado_Cr%C3%B4nica%20de%20uma%20Experi%C3%Aancia_P_BD.pdf). Acesso em: 9 jun. 2024.

BARBOSA, Pedro M. R. Definições de polarização política: um mapa conceitual. **Boletim GEEP** – Perspectivas teóricas e analíticas sobre polarização, inovação e desenvolvimento, v. 5, n. 1, jan./abr. 2024. Disponível em: <http://geep.iesp.uerj.br/edicoes/>. Acesso em: 20 ago. 2024. p. 3-12.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In*: SOBRINHO, Barbosa Lima *et al.* **Defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BLANCHARD, Ben. Chinese State Grid lamenta rejeição da Austrália à aquisição de elétrica local. **Extra**, 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/chinesa-state-grid-lamenta-rejeicao-da-australia-aquisicao-de-eletrica-local-19954767.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos** – táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina. **Revista do Corpo Discente do PPG** – História da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 31-56, dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Frente Parlamentar Mista pela Reestatização da Eletrobras, 22 de março de 2023**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2024]. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2264706&filename=Tramitacao-REQ%201337/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2264706&filename=Tramitacao-REQ%201337/2023). Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Votação Nominal e Simbólica (Plenário)**. MPV nº 1031/2021 – Subemenda Substitutiva. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2024]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61590&itemVotacao=9628>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. 53ª Sessão, em 19 de maio de 2021**. Medida Provisória nº 1.031, de 2021 (Poder Executivo). Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2024]a. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/61590>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. 67ª Sessão, em 21 de junho de 2021**. Medida Provisória nº 1.031-B, de 2021 (Poder Executivo) Discussão, em turno único, das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2024]b. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/61590>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.877, de 2019**. Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2024]. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228666> Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 814, de 2017**. Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Brasília, DF: Congresso Nacional, [2024]. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/132068>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 1031, de 2021**. Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Brasília, DF: Congresso Nacional [2024]. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/146740>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 1212, de 2024**. (Promoção do desenvolvimento de projetos de energia elétrica limpa e renovável e redução das tarifas de energia elétrica). Brasília, DF: Congresso Nacional, [2024]. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/162983>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.893, de 1º de novembro de 2016**. Dispõe sobre os empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI que serão tratados como prioridade nacional nos setores de energia e de mineração. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Decreto/D8893.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8893.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016**. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113334.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113334.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021**. Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14182.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20desestatiza%C3%A7%C3%A3o%20da,2015%2C%2014.118%2C%20de%2013%20de](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14182.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20desestatiza%C3%A7%C3%A3o%20da,2015%2C%2014.118%2C%20de%2013%20de). Acesso em: 20 ago. 2024.

BRESSER-Pereira, Luis Carlos; Diniz, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 84, p. 83-99, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200006>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Routledge, 1979.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros. **O planejamento da expansão do setor de energia elétrica**: a atuação da Eletrobras e do grupo coordenador do planejamento dos sistemas elétricos (GCPS). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2002.

CARREGOSA, Lais. Conta de luz cresce acima da inflação e pesa no bolso do consumidor; entenda de onde vem o aumento. **Portal G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/06/conta-de-luz-cresce-acima-da-inflacao-e-pesa-no-bolso-do-consumidor-entenda-de-onde-vem-o-aumento.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CASTILHO, Denis. Privatização da Eletrobras: crise planejada e a condição do atraso. **Revista da Anpege**, v. 18, n. 36, p. 500-528, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16258>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CASTRO, N. J.; BRANDÃO, R.; ALBUQUERQUE, R. S. **Privatizações no Setor Energético no Brasil**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2014.

CASTRO, Lúcio de. Atual gestão da Eletrobras pagou quase R\$ 2 milhões para que falassem mal da própria empresa. **Agência Sportlight**, 2018. Disponível em: <https://agenciasportlight.com.br/index.php/2018/04/24/atual-gestao-da-eletobras-pagou-quase-r-2-milhoes-para-que-falassem-mal-da-propria-empresa/>. Acesso em: 2 set. 2024.

CATTO, André. Bilionários da Forbes: de onde vem a fortuna dos homens mais ricos do Brasil. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/05/bilionarios-da-forbes-de-onde-vem-a-fortuna-dos-homens-mais-ricos-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2024.

CERIMÔNIA celebra oferta de ações para capitalização da Eletrobras. **Governo Federal – Serviços e Informações do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/06/cerimonia-celebra-oferta-de-acoes-para-capitalizacao-da-eletobras>. Acesso em: 2 set. 2024.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **1962-2022 – Seis décadas de inovação**: Eletrobras 60 anos. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2022. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/SobreaEletrobras/eletrobras%2060%20anos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CHAVES, Ikaro. Audio revela que grupo 3g de Lemann é controlador oculto da Eletrobras. **Vermelho**, 2023. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2023/06/12/audio-revela-que-grupo-3g-de-lemann-e-controlador-oculto-da-eletobras/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CRESWEL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Carlos Estevão Caligiorne. **Neoliberalismo e destruição da democracia: uma abordagem marxista na Ciência Política**. 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34542>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CUNHA, Andre Moreira; HAINES, Andrés E. F. A venda da Eletrobras: na contramão do futuro?. **FCE UFRGS**, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/a-venda-da-eletobras-na-contramao-do-futuro/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DANTAS, Dallys; CASTILHO, Denis. O processo de privatização da Eletrobras e as tramas do controle privativo do setor elétrico brasileiro. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 11, n. 23, p. 45-61, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.450>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **La nouvelle raison du monde**: essai sur la société néolibéral. Paris: La Découverte, 2009.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DI CUNTO, Raphael. Deputado acusa relator da MP da Eletrobras de fraude. **Valor Investe**, 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/05/19/deputado-acusa-relator-da-mp-da-eletobras-de-fraude.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Privatização da Eletrobras**: risco para a soberania energética do país – Nota Técnica Número 258. São Paulo: DIEESE, 2021.

\_\_\_\_\_. **Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico brasileiro** – Nota Técnica Número 173. São Paulo: DIEESE, 2017.

DINIZ, Eli; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Depois do Consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?. **Bresser-Pereira**, 2007. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/index.php/brazilian-politics-and-society/entrepreneurs-and-managers/8352-2538>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DUMÉNIL, Gerard.; LÉVY, Dominique. **Capital resurgent**: roots of the neoliberal revolution. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

ELETROBRAS privatizada indica alinhado à 3G para vice-presidente. **Hora do Povo**, 2023a. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/eletrobras-privatizada-indica-alinhado-a-3g-para-vice-presidente/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ELETROBRAS. **Capital Social**. Composição acionária – Ações ordinárias – Agosto 2024. Eletrobras, 2024a. Disponível em: <https://ri.eletobras.com/capital-social/>. Acesso em: 2 set. 2024.

ELETROBRAS. **Geração de energia**. Eletrobras, 2024b. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Geracao-de-Energia.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Mapa da evolução Transmissão – Rede Básica – 1960 a 2018**. Eletrobras, 2018. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/AreasdeAtuacao/Transmiss%C3%A3o/Mapa%20Evolu%C3%A7%C3%A3oTransmiss%C3%A3o%20-%20Rede%20Basica%20-%20de%201960%20a%202018%20-%20INTERATIVO.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual** – 2000 a 2023. Eletrobras, 2023b. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Relatorio-Anual.aspx>. Acesso em: 20 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Eletrobras – História**. Portal da Eletrobras, 2023c. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 26 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Trasmissão de energia**. Eletrobras, 2024c. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Transmissao-de-Energia.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. Perspectivas teórico-epistemológicas en la investigación educativa. *In*: ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Investigación cualitativa en educación: fundamentos y tradiciones**. España: McGraw-Hill, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em educação fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FÉLIX, Tatiana; SANTOS NETO, Artur Bispo dos. A privatização da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) no contexto das espoliações na América Latina. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 14, n. 1, p. 477-489, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.47978>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FERREIRA, Mariana; GUILMO, Nataly Santiago; ALMEIDA, Walisson Rodrigues de. A privatização das empresas estatais brasileiras (2015 – 2019). Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023.

FILGUEIRAS, Luiz.; DRUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA conclui reestatização de sua maior empresa de energia. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/13/franca-conclui-reestatizacao-de-sua-maior-empresa-de-energia>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FUCUCHIMA, Letícia; BRITO, Ricardo; GAIER, Rodrigo Viga. TCU adia caso Eletrobras. **Isto É Dinheiro**, 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/tcu-adia-caso-eletrobras/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GALINDO, Rogerio. Fundo bilionário liderado por Lemann compra 5,07% da Copel. **Plural Curitiba**, 2023. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/fundo-bilionario-liderado-por-lemann-compra-507-da-copel/#:~:text=A%203G%20Radar%20%C3%A9%20parte,fez%20a%20compra%20das%20a%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GARCÍA, Antonio. Chiapas entre intraextractivismo y extractivismo: el caso de hidroeléctricas e hidrocarburos. *In*: GARCÍA, Antonio. **Extractivismo e neoextractivismo em sur de México**: múltiples miradas. México: Universidad Autónoma Chapingo, 2017.

GEORGE, Alexander; BENNET, Andrew. **Case studies and theory development in the Social Sciences**. Cambridge: Harvard University, 2004.

GERRING, John. The case study: what it is and what It does. *In*: BOIX, Carles; STOKES, Suzan C. **The oxford handbook of comparative politics**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

GILL, Stephen. Reimagining the future: Some Critical Reflexions. *In*: GILL, Stephen. **Critical perspectives on the crisis of global governance**. Reimagining the future. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-23.

GONÇALVES JR., Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira**: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Energia) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-21052008-104515/publico/tese\\_dorival.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-21052008-104515/publico/tese_dorival.pdf). Acesso em: 8 ago. 2024.

GOMES, Carolina Hennig; RIBAS FILHO, José Luiz Amorim. Direito e espoliação: como a legitimação fundiária demonstra os limites e possibilidades de um Direito insurgente. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/32107>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GRAMSCI, Antonio. Alguns aspectos teóricos e práticos do “economicismo”. *In*: SADER, Emir (Org.). **Gramsci – poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

HATCH, Mary Jo; YANOW, Dvora. Organization theory as an interpretative science. *In*: KNUDSEN Christian; TSOUKAS, Haridimos (Eds). **The Oxford Handbook of Organization Theory**. Oxford, UK: Oxford Academic, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199275250.003.0003>. Acesso em: 17 set. 2024. p. 63-87.

ÍNDIOS da Amazônia realizarão protesto contra a construção de represas. **Portal G1**, 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL467415-5602,00-INDIOS+DA+AMAZONIA+REALIZARAO+PROTESTO+CONTRA+A+CONSTRUCAO+DE+REPRESAS.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo** (On-line), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p.09–18, 2009. Disponível em: doi: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74124. Acesso em: 14 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de Joao Alexandre Peschanski. Sao Paulo, SP: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *In*: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Eds). **O Novo Desafio Imperial**. São Paulo: Clacso, 2004. p. 111-125.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005

\_\_\_\_\_. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HONORATO, C. **O sindicalismo Brasileiro no século XXI: crise, dilemas e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KONCHINSKI, Vinicius. Ação judicial do governo sobre Eletrobras pode inviabilizar privatização de outras estatais. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/04/acao-judicial-do-governo-sobre-eletobras-pode-inviabilizar-privatizacao-de-outras-estatais>. Acesso em: 2 set. 2024.

\_\_\_\_\_. Juca Abdalla, o banqueiro que lucra com a privatização da Eletrobras e administrará a Petrobras. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/19/juca-abdalla-o-banqueiro-que-lucra-com-a-privatizacao-da-eletobras-e-administrara-a-petrobras>. Acesso em: 2 set. 2024.

LEWGOY, Júlia; TORRES, Fernando. Brasileiros que compraram ações da Eletrobras com FGTS já perderam R\$ 1 bilhão; parte já migrou os recursos. **Valor Investe**, 2023. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/fundos/acoes/noticia/2023/05/11/brasileiros-que-compraram-acoes-da-eletobras-com-fgts-ja-perderam-r-1-bilhao-parte-ja-migrou-os-recursos.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MARANHO, Soniamara. **Estado e Capital no Brasil: uma análise do processo de privatização do setor elétrico (1995 – 2022)**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2016.

MARTINI, José Sidnei Colombo. Estado, capital privado e memória da eletrificação. *In*: MAGALHÃES, Gildo. (Org.). **História e Energia: memória, informação e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2012.

MATOS, Sidney Tanaka. S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 13, n. 1/2, p. 192-213, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3314>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MATTOSO, Jorge E. L. **O Brasil desempregado**. São Paulo : Cromosete Gráfica, 1999.

MENDES, Marcelo Cunha. **Neoliberalismo e Sindicalismo de Estado no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, São Paulo, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MÕES, Conceição Amaral Silva; ROCHA, Douglas Eduardo Marega; SANTOS, Ricardo Carvalho Lubarino dos. O papel do estado no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro e a privatização da Eletrobras prevista na Lei 14182/2021. *In*: IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., 2022, São Paulo/SP. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022. Disponível em : <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/420>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MONTENEGRO, Sueli. Custo da MP da Eletrobras sobe para R\$ 84 bi. **Canal Energia**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3xwCUFq>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NAPOLI, Eric. Lula antecipa dinheiro para baixar conta de luz, mas futuro aponta aumento. **Poder 360**, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/mp-assinada-por-lula-preocupa-o-setor-eletrico/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. SINMAPS - Sistema de Informações Geográficas Cadastrais do SIN. **ONS**, 2024a. Disponível em: <https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/mapas>. Acesso em: 15 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. O que é ONS. **ONS**, 2024b. Disponível em: <https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/o-que-e-ons>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PASTI, André *et al.* Entrevista: David Harvey. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 1, p. 180-194, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.54446/bcg.v2i1.52>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PECK, Jamie. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.

PEREIRA, Jesus Soares. **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PRIVATIZAÇÃO da Eletrobras: veja perguntas e respostas. **Portal G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/14/privatizacao-da-eletobras-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2024.

PRONI, Marcelo W.; LYRIO, Paula M. A privatização do setor elétrico e seus impactos sobre o trabalho. **Revista Gestão Industrial**. v. 1, n. 1, p. 138-166, 2005. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/183>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PEREIRA, Tiago. ‘Musa das privatizações’ ataca Lula para defender Lemann e amigos no comando da Eletrobras. **Salve a Energia**, 2023. Disponível em: <https://salveaenergia.com.br/eletrobras/musa-das-privatizacoes-ataca-lula-para-defender-lemann-e-amigos-no-comando-da-eletobras/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Setor Elétrico Brasileiro. **Agência de Notícias da Indústria**, 2021. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/inovacao-e-tecnologia/setor-eletrico-brasileiro/#>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PRIVATIZAÇÃO da Eletrobras: veja perguntas e respostas. **Portal G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/14/privatizacao-da-eletobras-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PROTESTO de eletricitários pede mudança do Conselho e da Diretoria da Eletrobras. **Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro**, 2023. Disponível em: <https://sengerj.org.br/protesto-de-eletricitarios-pede-mudanca-do-conselho-e-da-diretoria-da-eletobras/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

ROCHA, Lucas. Câmara aprova MP da privatização da Eletrobras. **Revista Forum**, 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2021/5/19/cmara-aprova-mp-da-privatizacao-da-eletobras-97376.html>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ROCHA, Thadeu Figueiredo. **O estado Brasileiro e as Multinacionais de Energia Elétrica: formas de atuação, conectividade e trajetória dos primórdios do setor até os dias atuais**. 2017. 342 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

ROY, Arundhati. **Power Politics**. Cambridge, Massachusetts: South End Press, 2001.

SALOMÃO, Alexa. Gravação mostra como minoritário organizou conselho da Eletrobras. **Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/gravacao-mostra-como-minoritario-organizou-conselho-da-eletobras.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SAUER, Ildo *et al.* **A reconstrução do setor elétrico brasileiro**. Campo Grande MS: Paz e Terra; UFMS, 2003.

SFREDO, Marta. 2023. "Apagão" vira caos em São Paulo e aliados de Bolsonaro põem privatizações em xeque. **Gaúcha ZH**, 2023. Disponível em: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2023/11/apagao-vira-caos-em-sao-paulo-e-aliados-de-bolsonaro-poem-privatizacoes-em-xeque-clopq41yq0001014y57w2qdy9.html?\\_gl=1\\*nrg2vw\\*\\_gcl\\_au\\*OTIyNzIyMzkuMTY5ODQzMtUwNA](https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2023/11/apagao-vira-caos-em-sao-paulo-e-aliados-de-bolsonaro-poem-privatizacoes-em-xeque-clopq41yq0001014y57w2qdy9.html?_gl=1*nrg2vw*_gcl_au*OTIyNzIyMzkuMTY5ODQzMtUwNA). Acesso em: 14 jul. 2024.

SILVA, André Campos Valadares da. **O processo de privatização da Eletrobras e seu impacto no setor elétrico brasileiro**. 2022. 39 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

SILVA, Cleber Borges da.; ZANELATTO, João Henrique. Os aspectos negativos da privatização da Eletrobras para a sociedade brasileira. **Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 1, p. 340-354, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/359>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA JR., Irênio de Jesus; NEVES, André Batista. O processo de desestatização do Sistema Eletrobras. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, n. 13, ano 4, p. 147-162, abr./jun. 2020.

SILVA, Mayra Goulart D.; RODRIGUES, Theófilo C. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista De Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021.

SINDICATO protesta contra privatização da Eletrobras. **Sindicato dos Bancários**, 2022. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/06/2022/sindicato-protesta-contraprivatizacao-da-eletobras>. Acesso em: 10 jun. 2024.

STAKE, Robert E. (1995). *The art of case study research*. California: Sage Publications, 1995.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou Transdisciplinaridade?**. São Paulo: Paulus, 2006.

SOUZA, Deivid. 2024. Eletrobras negocia para cortar salários e poder demitir em massa. **Metrópoles**, 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eletrobras-negocia-para-cortar-salarios-e-poder-demitir-em-massa>. Acesso em: 14 ago. 2024.

TAKAR, Téo. Privatização condena Brasil a ser empregado dos países ricos, diz Bresser. **Uol Economia**, 2017. Disponível em : <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/02/bresser-pereira-privatizacao-temer-rombo-crise.htm>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TELES, Andre C.; DIAS, Murillo O. A evolução da privatização no Brasil. **International Journal of Development Research**, v. 12, n. 7, p. 57426-57435, Jul. 2022. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/24868.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

TEODORO, Dilma Maria. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro e os reflexos em uma empresa estatal**: um estudo de caso na Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC. 2006. 213. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina , UFSC, Florianópolis, 2006.

TRABALHADORES ocupam frente da Eletrobras contra privatização. **Partido dos Trabalhadores**, 2018. Disponível em: <https://pt.org.br/trabalhadores-ocupam-frente-da-eletobras-contraprivatizacao/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

VILLARREAL, Rene. **A contra-revolução monetarista**: teoria, política e ideologia do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 1984.

WACQUANT, Loic. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, 2012.

WERNER, Deborah. Neoliberalização da infraestrutura: mudanças regulatórias e configuração do setor elétrico brasileiro (1990-2018). **Semestre Económico**, v. 22, n. 50, p. 151-177, 1 ene. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a8>. Acesso: 25 ago. 2024.

YAZBEK, Priscila. Guedes defende Privatização da Eletrobras via capitalização e atribui à pandemia atrasos na vendade estatais. **Info Money**, 2021. Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/mercados/guedes-defende-privatizacao-da-eletronbras-via-capitalizacao-e-atribui-a-pandemia-atrasos-na-venda-de-estatais/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

YIN, Robert. **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2003.

\_\_\_\_\_. **Case study research: design and methods**. California: Sage Publications, 2014.

ZIADY, Hanna. Empresa que fornece água para milhões de londrinos tem dívida de US\$ 17,5 bi. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/empresa-que-fornece-agua-para-milhoes-de-londrinos-tem-divida-de-us-175-bi/>. Acesso em: 20 ago. 2024.